

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SANTA MARIA DA FEIRA 2022 -2025



rede social santa maria da feira

Título

Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2022 – 2025

Promotor

Rede Social de Santa Maria da Feira

Coordenação Científica e Técnica

Professor Doutor Rogério Roque Amaro – Economista e Professor Associado no ISCTE-IUL

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Objetivos Gerais	4
3. Enquadramento Teórico	4
4. Metodologia de Construção Adotada	7
5. Caracterização de enquadramento – Diagnóstico geral do Concelho	8
5.1. Demografia	10
5.2. Educação	16
5.3. Saúde	19
5.4. Alojamento e condições de habitação	22
5.5. Economia e emprego	24
5.6. Instituições, Serviços e Respostas sociais presentes no Concelho	26
6. Problemáticas Sociais do Concelho	29
Eixo 1 – Desafios Demográficos	
6.1. Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias	31
6.2. População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social	33
Eixo 2 – Inclusão e Proteção Social	
6.3. Crianças e jovens em risco e perigo	36
6.4. Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade Avançada e Jovens NEET	37
6.5. Pessoas com problemas de saúde mental	39
6.6. Vítimas de violência doméstica e de género	41
6.7. Pessoas migrantes e minorias étnicas	43
6.8. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	45
6.9. Pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social	47
Eixo 2 – Coesão Territorial	
6.10. Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional	49
6.11. Transportes e Acessibilidades	50
7. Referências Bibliográficas	52

1. INTRODUÇÃO

O Bem-Estar, a Dignidade, o Bem Viver e a Sustentabilidade da Vida e das Comunidades e das Pessoas, individual e coletivamente consideradas, deve ser o grande desígnio da missão política e social das nossas sociedades. O Desenvolvimento Social, enquanto procura e programa de Dignidade Social, de Justiça Social, de Equidade e de Coesão Social, é precisamente uma das componentes desse desígnio. Daí que a preparação de um Plano de Desenvolvimento Social, mais simplificada designado por PDS, seja uma peça fundamental dessa missão.

Mas o Desenvolvimento Social é, como referimos, uma componente de uma finalidade mais ampla e exigente, que é a Sustentabilidade da Vida e das Comunidades/Pessoas, pelo que deve visar um objetivo mais ambicioso e abrangente: o Desenvolvimento Sustentável e o “Bem Viver” de todos os seres e espécies e demais componentes não tróficas necessárias à Vida.

Por outro lado, esta é uma missão e uma tarefa que incumbe a todos e todas, exigindo uma corresponsabilização, que não pode nem deve deixar ninguém de fora. Deve por isso ser debatida, decidida, definida, assumida e partilhada por todos, em particular pelos/as protagonistas do poder político, social e económico e das intervenções com impacto social.

Este documento pretende ser o resultado de um processo partilhado e participativo de diagnóstico, de debate e de definição de problemas, desafios e prioridades com incidência na área social e que sejam lidos em termos de Sustentabilidade da Vida e das Comunidades/Pessoas. É, pois, um instrumento de Diagnóstico Partilhado e Participativo.

Mas é também uma plataforma de corresponsabilização para a ação e para a definição e a execução de respostas de Sustentabilidade na área social e ambiental, sendo, por isso, um compromisso de cogestão e de Ação Partilhada e Participativa.

Está, em consequência, organizado em oito pontos, incluindo esta Introdução.

No segundo ponto, formulamos os objetivos gerais e específicos deste Plano, que sendo formalmente de Desenvolvimento Social, pretende assumir-se, desde já, como de Desenvolvimento Sustentável, pelo que o “S” de “PDS” deve entender-se em dois sentidos: de “Social”, como componente e alavanca de “Sustentável”.

No terceiro, abordamos o enquadramento teórico e estratégico do Plano, tomando como pilares os conceitos de Coesão Social, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local ou Comunitário e Governança Local Partilhada e Participativa.

No quarto ponto, apresentamos a metodologia adotada para construir este Plano, tendo também em conta as várias técnicas utilizadas.

No quinto ponto caracterizamos o território de Santa Maria da Feira, nas suas várias componentes: demografia, educação, saúde, alojamento e condições de habitação, economia e emprego e instituições, serviços e respostas sociais presentes no concelho.

No sexto indicamos os problemas, necessidades e desafios identificados, segundo uma lógica de Diagnóstico Partilhado e Participativo, envolvendo os vários atores e protagonistas da Rede Social e dos Fóruns Sociais de Freguesia, pertinentes e encarados como prioridades na área social, numa perspetiva de Sustentabilidade.

No sétimo ponto definimos as principais linhas e propostas de Ação, que permitirão concretizar os objetivos do Plano, servindo como referencial e plataforma de compromisso de Ação Conjunta e de cogestão, que envolva todos os parceiros e atores pertinentes.

Finalmente, no oitavo, propõem-se algumas recomendações, que sejam a base de um processo de Governança Local Partilhada e Participativa, ou de Parceria-Providência, de que este PDS pretende ser uma experiência inovadora.

O presente documento pretende ter a ambição de ser acessível e claro, na sua leitura e compreensão, e útil, prático e eficaz, na sua aplicação e concretização. Optamos, para isso, por uma lógica mais sintética e pragmática, evitando sobrecarregar o documento com muitos dados, estatísticas, quadros e textos descritivos.

2. OBJETIVOS GERAIS

De um modo sintético, o PDS tem como objetivos:

- Promover a **Coesão Social** no concelho de Santa Maria da Feira, assegurando o Bem-Estar, a Dignidade e o Bem Viver para todos os seus membros, sem exceção, prevenindo ou combatendo todas as formas de pobreza (não acesso a recursos fundamentais de sobrevivência e de dignidade de Vida) e de exclusão e marginalização social e ecológica e as desigualdades de oportunidades e de níveis de Bem-Estar, ou seja, as situações e expressões de injustiça social;
- Assumir um programa de **Desenvolvimento Social**, ou seja, um compromisso político e social de promoção e aplicação de políticas, medidas e ações direcionadas para o Bem-Estar social das Comunidades e das Pessoas das várias freguesias e uniões de freguesias que o compõem;
- Ter em conta o **Desenvolvimento Sustentável** das Comunidades, das Pessoas e da Vida dos territórios envolvidos e dos seus ecossistemas, traduzindo-se na prossecução de alguns dos principais ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adequados ao nível local;
- Assumir uma lógica de corresponsabilização e de cogestão na regulação e na prossecução do Bem-Estar e do Bem Viver das Comunidades e das Pessoas do concelho, através de processos e de dinâmicas de **Desenvolvimento Local ou Comunitário**;
- Mobilizar o envolvimento das comunidades locais e de todos os atores, protagonistas, instituições e serviços pertinentes, numa lógica de **Governança Local Partilhada e Participativa**;
- Dinamizar processos e caminhos de Democracia Participativa e de reforço de Cidadania, concebido de uma forma mais implícita.

Podemos, pois, afirmar que o PDS combina objetivos sociais e de Sustentabilidade com objetivos políticos, na medida em que, ao mobilizar a corresponsabilização de todos os atores e protagonistas pertinentes e a participação das comunidades e de todas as pessoas, está a incentivar uma lógica de cogestão do Bem Comum e de revitalização da Democracia e da Cidadania ativa.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Como ficou explícito no ponto anterior, são cinco os conceitos de referência estratégica, que guiam este Plano:

1. Coesão Social;
2. Desenvolvimento Social;
3. Desenvolvimento Sustentável;
4. Desenvolvimento Local ou Comunitário;
5. Governança Local Partilhada e Participativa.

A **Coesão Social** traduz a capacidade de uma sociedade em garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, sendo que uma sociedade coesa é uma comunidade solidária composta por indivíduos livres que prosseguem fins comuns por vias democráticas.

Sem pretensões de um debate teórico aprofundado, podemos dizer que a **Coesão Social** comporta três componentes principais¹: “a igualdade, o laço social e a unidade”, e implica uma situação em que “as disparidades entre os indivíduos e os grupos sociais sejam reduzidas ou pelo menos aceitáveis e em que os indivíduos estejam inseridos em laços de pertença que lhes deem o sentimento de serem membros de corpo inteiro de uma mesma comunidade pacificada”.

Neste sentido, uma comunidade coesa será, portanto, uma comunidade “que minimiza as desigualdades e maximiza o capital social e o sentimento de pertença (...). Mais do que um estado passivo de paz social, ou mesmo de harmonia, requer uma intensidade forte de relações entre os seus membros, objetivos comuns e uma mesma visão de futuro.”² De uma forma pragmática, podemos dizer que promover a Coesão Social implica: igualdade e equidade; solidariedade: reconhecimento e pertença; participação e cidadania plena.

Tal promoção passa necessariamente por conjugar medidas e ações de cariz mais institucional (e de solidariedade mais vertical), a partir do Estado Social (Central e Local) e dos seus parceiros de intervenção social, com dinâmicas mais comunitárias, de solidariedade mais horizontal.

Quanto ao segundo conceito, o de **Desenvolvimento Social**, este pretende colocar as pessoas no centro das estratégias de desenvolvimento, assumindo-se como um processo que favorece prioritariamente a inclusão social das pessoas mais pobres e excluídas, reforçando a sua autonomia e contribuindo para se construir sociedades mais justas e coesas, com instituições mais transparentes.

Nos seus dez compromissos (políticos, ou seja, para os governos), a Conferência de Copenhaga assentava o Desenvolvimento Social em objetivos fundamentais como: “erradicar a pobreza absoluta (...); apoiar o pleno emprego (...); promover a integração social, através do aperfeiçoamento e da proteção de todos os direitos humanos; alcançar

¹ Cf., por exemplo: CERC - Conseil de l'emploi, des revenus et de la cohésion sociale (2008), *La Cohésion Sociale - Séminaire 2007*. Paris: Dossier n° 3 du CERC, pp. 5-6.

² Cf. CERC (2008), p. 6.

igualdade e equidade entre mulheres e homens; atingir o acesso universal e equitativo à educação e aos cuidados de saúde primários”³ (compromissos 2 a 6).

Neste sentido, o Desenvolvimento Social é um programa e um caminho para se atingir a Coesão Social, através da promoção da Dignidade Social e da defesa dos Direitos Humanos de todos.

Mas, como já referimos, o Desenvolvimento Social é, por seu turno, uma componente de um processo e de uma finalidade mais ambiciosa e exigente, que é o **Desenvolvimento Sustentável**, definido como o processo de satisfação das “necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras responderem às suas próprias necessidades”⁴.

Desde então o Desenvolvimento Sustentável tornou-se um conceito de referência estratégica para a Humanidade e para os seus diferentes atores e protagonistas (Estado, organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos e cidadãs, em geral), na defesa da sua sobrevivência e dignidade de Vida e na procura de salvaguarda do seu futuro. Em dezembro de 2015, os países membros das Nações Unidas assumiram, em conjunto, o compromisso de definirem e realizarem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (mais sinteticamente designados por ODS), traduzidos em 169 metas, a cumprir até 2030⁵.

De uma forma mais pragmática, mas também mais ambiciosa e exigente, assumimos, para efeito da **finalidade última** deste Plano, um conceito de **Desenvolvimento Sustentável**, definido como o processo de conjugação ou integração de oito dimensões ou preocupações: a segurança ambiental; a coesão social; a segurança económica; a diversidade cultural; a coesão territorial; o conhecimento crítico e permanente; a governança partilhada e participativa e a ética para a sustentabilidade.

Neste sentido, a Rede Social, os Fóruns Sociais de Freguesia (FSF) e de União de Freguesias e, consequentemente, este PDS assume a **Sustentabilidade** como um dos seus objetivos fundamentais, alinhando-se, ao nível local, com os **ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)** e as suas metas, enquanto desafios globais, proclamados pela ONU, para o horizonte de 2030.

O quarto conceito a ter em conta é o de **Desenvolvimento Local ou Comunitário**⁶, que constituiu a principal referência estratégica e metodológica da Rede Social, dos FSF e também do PDS, no sentido de ser a principal inspiração dos seus métodos e da sua pedagogia de Ação, na medida em que visam contribuir para um **processo de mudança**, no sentido da procura do bem-estar, da felicidade, da dignidade e da sustentabilidade das suas comunidades, dando resposta às necessidades fundamentais não satisfeitas dessas comunidades, mobilizando preferencialmente as capacidades locais, assumindo uma lógica de Participação e de “Empowerment” das comunidades locais, com o apoio de recursos exógenos, adotando uma perspetiva integrada e uma dinâmica de Trabalho em Parceria, com impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de processos, ritmos e resultados.

³ UN - UNITED NATIONS (1995), *The World Summit for Social Development - Copenhagen Declaration, the Ten Commitments*. Copenhagen: UN Publishing, p. 1. Cf. também: UN (1995), *Declaration and Programme of Action of the World Summit for Social Development*. Copenhagen, UN Publishing, pp. 9-17.

⁴ WCED (1987), p.16.

⁵ UN (2015), *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (A/RES/70/1)*. New York (sustainabledevelopment.un.org).

⁶ Neste documento consideram-se estes dois conceitos como sinónimos, mas opta-se preferencialmente pela expressão **Desenvolvimento Comunitário**, porque mais explícita na relação com a ideia e a importância, que se pretende atribuir ao papel da comunidade.

Em quinto lugar, os FSF pretendem ser, no seu funcionamento, experiências inovadoras de **Governança Local Partilhada e Participativa**, conceito inovador, definido como um novo modelo de regulação dos problemas e desafios das comunidades locais, em que o papel do Estado (nesta caso, Local) deixa de ser exclusivo (o que se designava por "Governança"), para passar a ser **partilhado e participado**, envolvendo ativamente, além do próprio Estado, nos seus diferentes níveis (autarquias locais e serviços desconcentrados da Administração Pública Central), as organizações da sociedade civil, as empresas e as comunidades (nas suas expressões coletivas, formais e informais, e individuais), numa lógica de relações horizontais e equitativas, de parceria e de compromisso, para uma **Parceria-Providência Local**⁷.

4. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO ADOTADA

A elaboração deste Plano, tendo como horizonte o ano de 2025, teve como um dos princípios metodológicos fundamentais o da **parceria**, ou seja, o da partilha de diagnósticos, ideias e propostas com alguns parceiros, instituições e serviços pertinentes, presentes nos territórios, que enriqueceram o trabalho central desenvolvido pela Equipa Municipal, responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Social.

Por isso, a metodologia adotada foi mista, combinando a componente quantitativa e a componente qualitativa:

- **Métodos quantitativos**, como o recurso à análise de quadros e dados estatísticos e quantitativos, publicados pelo INE - Instituto Nacional de Estatísticas e pela base de dados do PORDATA da Fundação Manuel Francisco dos Santos, e ainda, por dados fornecidos pelos serviços públicos e pelos parceiros locais;

- **Métodos qualitativos**, como o recurso à auscultação de alguns parceiros da Rede Social, com registo das opiniões e sugestões e posterior sistematização.

Procurou-se, sobretudo, **identificar e fundamentar o Diagnóstico partilhado dos principais problemas e necessidades, de modo a enunciar os objetivos específicos, as metas e as propostas de ação**, que se apresentam nos três pontos a seguir.

Procuramos, neste PDS, manter o foco nas questões sociais, decorrentes dos contributos da Rede Social, mas acrescentando-lhe já algumas preocupações ambientais (que também foram expressas pelos parceiros) e beneficiar da existência dos Fóruns Sociais de Freguesia, como plataformas de governança partilhada e participativa do PDS, que já existem como possibilidade, o que permite assumir neste documento uma perspetiva de transição do desenvolvimento social para o desenvolvimento sustentável.

⁷ Trata-se de um conceito de formulação recente e que conhece outras designações, como, por exemplo, "Governança Colaborativa" ou "Governança Integrada" (que, contudo, não é exatamente o mesmo). Ver, por exemplo: BASTOS, Maria Inês (2014), *Governança Partilhada em contextos de Desenvolvimento Local - O caso CLIP - Recursos e Desenvolvimento*. Dissertação de mestrado em "Estudos de Desenvolvimento", ISCTE-IUL, Lisboa, 84 páginas; GONÇALVES, João (2015), *O Envolvimento de Crianças e Jovens num modelo de Gestão Territorial Participada ao nível local*. Dissertação de doutoramento em Engenharia Civil - Especialização em Planeamento do Território e Ambiente, Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, 359 páginas.

Foram, portanto, diagnosticadas as seguintes problemáticas de acordo com três Eixos Estratégicos: o primeiro dos quais se centra na dimensão da Coesão Social; o segundo considera já a Dimensão Ambiental e o terceiro enuncia a Dimensão Política da Governança:

Eixo 1: Intervenção perante os desafios demográficos da natalidade, do envelhecimento, da longevidade e de situação de dependência e/ou incapacidade:

- ✓ Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias;
- ✓ População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social.

Eixo 2: Promoção da inclusão e proteção social dos grupos sociais mais vulneráveis:

- ✓ Crianças e Jovens em risco e perigo;
- ✓ Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade avançada e Jovens NEET;
- ✓ Pessoas com problemas de saúde mental;
- ✓ Vítimas de violência doméstica e de género;
- ✓ Pessoas migrantes e minorias étnicas;
- ✓ Pessoas com comportamentos aditivos e dependências;
- ✓ Pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Eixo 3: Promoção da coesão territorial

- ✓ Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional;
- ✓ Transportes e acessibilidades.

5. CARACTERIZAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - DIANÓSTICO GERAL DO CONCELHO

Com base nesta premissa e aquando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2022-2025, o Município de Santa Maria da Feira atualizou o seu Diagnóstico Social, na medida em que só assim poderiam ser definidas estratégias e linhas de atuação adequadas às reais necessidades da sua população e do próprio território em si.

Neste sentido, o diagnóstico social, tendo como princípios metodológicos fundamentais os da participação e da parceria, ou seja, o do envolvimento ativo das pessoas e das comunidades e o da partilha de diagnósticos, ideias e propostas com os vários parceiros, instituições e serviços pertinentes, assentou em seis grandes domínios: Demografia; Educação; Saúde; Habitação; Emprego; e Instituições, respostas e serviços presentes no Concelho.

Do ponto de vista **demográfico**, o Concelho de Santa Maria da Feira, de forma mais ou menos pronunciada, acompanhou as grandes tendências de crescimento ou retrocesso demográfico nacional. A população residente no concelho registou um decréscimo entre 2011 e 2021 (residiam no concelho 136 674 habitantes em 2021, menos 2 936 pessoas face a 2011). Constatamos, em sentido inverso, que o índice de envelhecimento, nos últimos 20 anos, mais do que duplicou (60,1% em 2001 e 168,6% em 2021), ou seja, embora a população residente esteja a diminuir, a população idosa residente aumentou, o que nos impõe uma série de desafios demográficos e, consequentemente, sociais aos quais o concelho terá que dar resposta em prol do bem-estar da sua população.

Da análise efetuada dos dados disponíveis sobre a **escolaridade** da população residente no Concelho (2021), salienta-se uma preocupação: o baixo nível de escolaridade da nossa população, na medida em que cerca de 30,7% dos residentes têm um nível de escolaridade baixo, ou seja, 5,1% não tinha qualquer escolaridade e 25,6% tinha concluído o 1º ciclo. Apesar de todos os avanços realizados e das melhorias efetuadas nesta área de intervenção, nomeadamente ao nível das infraestruturas/estabelecimentos de ensino, da oferta formativa, da melhoria da escolarização da população mais jovem, a realidade é que os níveis de qualificação escolar da população adulta continuam a ser uma questão educativa de primeira importância, o que acarreta consequências não só económicas, mas igualmente sociais.

Todavia, o Concelho de Santa Maria da Feira, apostando numa política educativa coordenada e articulada entre todos os agentes educativos e os parceiros sociais interessados, dinamizando uma rede formativa mais diversificada e coerente com a realidade socioeconómica do concelho, registou nos últimos anos uma contínua diminuição da retenção e desistência escolar. De referir ainda que, em 2021, a taxa retenção e desistência escolar era de 1,1% no Ensino Básico e 4,8% no Ensino Secundário.

Na área da **saúde**, Santa Maria da Feira dispõe do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, que agrupa o Hospital de São Sebastião, E.P.E., o Hospital Distrital de São João da Madeira e o Hospital São Miguel (Oliveira de Azeméis), sendo responsável pela prestação de cuidados de saúde a cerca de 340 000 habitantes dos concelhos de Santa Maria da Feira, Arouca, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Ovar e de algumas freguesias do concelho de Castelo de Paiva. O Centro Hospital Entre Douro e Vouga, centrado na sua missão de atender e tratar, em tempo útil, os doentes dos concelhos da parte norte do distrito de Aveiro, com eficácia, qualidade e custos socialmente comportáveis, tem apostado no aumento dos seus recursos humanos, sendo que, em 2021 trabalhavam nesta Unidade Hospitalar 2 375 pessoas, o que representa, em dez anos, um aumento de 1 146 profissionais da área da saúde.

No que se reporta à **habitação**, enquanto competência direta do Município, tem sido uma preocupação constante, no sentido da melhoria da qualidade habitacional e, conseqüentemente, de vida dos seus munícipes, procurando que todos habitem num espaço condigno. Em 10 anos, o Concelho registou um aumento do número de alojamentos (1 982), em particular dos alojamentos familiares clássicos, que representam a grande maioria (99,89% dos alojamentos eram, em 2021, de tipo familiar clássico), o que poderá ser explicado pela necessidade de dar uma resposta de âmbito habitacional ao aumento do número de famílias a residirem no Concelho (passaram de 48 963, em 2011, para 50 966, em 2021), o que poderá refletir o início da tendência crescente dos fluxos migratórios. Apesar do aumento do número de alojamentos, denota-se uma lacuna no âmbito da habitação, acentuada pelos elevados valores praticados no mercado habitacional, em particular no mercado de arrendamento, aliado às dificuldades das famílias em adquirir habitação própria, não só pelos valores praticados face à escassa oferta de casas para venda, mas também pelas dificuldades na obtenção de crédito bancário.

De referir ainda que, todos os esforços e melhorias efetuadas no Concelho ao nível da habitação, nomeadamente através do Programa Municipal de Realojamento iniciado em 2001, são visíveis ainda na diminuição significativa do número de alojamentos familiares não clássicos (barracas e casas rudimentares de madeira), ainda que, entre os anos de 2011 e 2021, o número deste tipo de alojamento tenha verificado um aumento (em 2011 existiam 21 alojamentos familiares não clássicos e em 2021 esse número passou a ser de 35), o que poderá ser justificado pelas dificuldades sentidas pelas famílias no mercado habitacional, o que acarreta que as mesmas procurem outro tipo de soluções, nem sempre as mais adequadas.

Focando o domínio do **emprego**, segundo dados dos Censos 2021, a população ativa do concelho de Santa Maria da Feira era de 67 022 indivíduos, em 2021, o que corresponde a uma taxa de atividade de 56,1%. Desse universo, 61 853 tinham emprego, dos quais 405 (0,7%) no setor primário, 27 541 (44,5%) no sector secundário e 33 907 (54,8%) no setor terciário, registando, em 10 anos, o reforço da evolução ao nível do setor de atividade, ou seja, registou-se uma queda no setor primário e secundário e um aumento da população empregada no setor terciário, embora, nos últimos anos, o concelho tenha vindo a apostar na dinamização de novas oportunidades de negócio, recuperando algum do seu setor secundário. Acompanhando a tendência nacional, o Concelho tem registado, a partir de 2012, melhorias ao nível do emprego, reduzindo, após um período de grave crise económica e financeira, a sua taxa de desemprego, muito embora o desemprego de longa duração seja ainda uma preocupação, dado o elevado número de desempregados nesta situação.

Relativamente às **instituições, serviços e respostas sociais** existentes no Concelho, por força de todas as alterações conjunturais existentes na nossa sociedade, hoje em dia, as IPSS enfrentam novos desafios, que exigem uma mudança de mentalidades: continuarem a responder às necessidades sociais, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada em que os apoios públicos são apenas uma das muitas fontes de financiamento possível.

Santa Maria da Feira sempre procurou desenvolver um trabalho de cooperação e articulação entre todas as instituições existentes para que os problemas sociais mais emergentes fossem atenuados/minimizados, dispondo, na atualidade, de 53 IPSS.

DEMOGRAFIA

Do ponto de vista demográfico, o Concelho de Santa Maria da Feira, de forma mais ou menos pronunciada, tem acompanhado as grandes tendências de crescimento ou retrocesso demográfico nacional.

Como podemos observar na tabela 2, a população residente no concelho de Santa Maria da Feira registou um acréscimo entre 2001 e 2011, tendo vindo a diminuir nos anos seguintes (residiam no concelho 136 674 habitantes em 2021, menos 2 936 pessoas face a 2011).

Tal evolução decrescente, em paralelo ao que ocorre com a maioria dos concelhos que integram a Área Metropolitana do Porto, é justificada pelo Saldo Natural, negativo nos últimos anos, mas a recuperar em 2021. Também entre 2011 e 2016, o Saldo Migratório registou valores negativos, o que significava que se registavam mais saídas do Concelho do que entradas migratórias.

Todavia, denotamos que em 2021, muitos Concelhos, incluindo Santa Maria da Feira, passaram a registar saldos populacionais positivos, beneficiando dos valores positivos ao nível do Saldo Migratório (Tabela 1), o que nos coloca diferentes desafios perante este boom migratório, ainda que, estatisticamente, esta mudança ainda não se reflita no aumento da população residente, o que poderá ocorrer nos anos seguintes.

Relativamente ao registo de óbitos, as três principais causas de morte dos residentes no Concelho de Santa Maria Feira foram, em 2021, os tumores malignos (312), as doenças do aparelho circulatório (275) e as doenças do aparelho respiratório (145) (Fonte: PORDATA).

Por outro lado, fruto de todas as alterações demográficas ocorridas no território nacional, e no território concelhio, constatamos igualmente que, muito embora a população residente tenha diminuído, em 10 anos, o número de idosos residentes aumentou 6,3%, sendo que o índice de envelhecimento mais do que duplicou (60,1% em 2001, 129,0% em 2016 e 168,6% em 2021). Ou seja, no nosso Concelho tem-se verificado, ao longo dos anos, a tendência

para a inversão da pirâmide etária, em resultado da diminuição contínua do número de crianças (0-14 anos), de jovens (15-24 anos) e da população ativa (25-64 anos) e do aumento significativo do número de idosos (65 e mais anos) (Tabela 3), o que nos impõe uma série de desafios demográficos e, consequentemente, sociais aos quais o concelho terá que dar resposta em prol do bem-estar da sua população.

Tabela 1: Saldos Populacionais Anuais: total, natural e migratório

AMP	Saldo Total			Saldo Natural			Saldo Migratório		
	2011	2016	2021	2011	2016	2021	2011	2016	2021
Arouca	- 127,0	- 71,0	- 201,0	- 21	- 32	- 96	- 106	- 39	- 105
Espinho	97,0	- 70,0	265,0	- 66	- 115	- 187	163	45	452
Gondomar	- 35,0	- 409,0	736,0	166	- 159	- 496	- 201	- 250	1 232
Maia	412,0	- 82,0	2 156,0	511	110	- 94	- 99	- 192	2 250
Matosinhos	426,0	- 124,0	1 403,0	289	- 43	- 487	137	- 81	1 890
Oliveira Azeméis	- 244,0	- 286,0	157,0	- 86	- 170	- 248	- 158	- 116	405
Paredes	- 234,0	- 227,0	261,0	342	128	57	- 576	- 355	204
Porto	- 2164,0	205,0	3 130,0	- 847	- 849	- 1248	- 1317	1 054	4 378
Póvoa de Varzim	142,0	92,0	589,0	110	0	- 124	32	92	713
Santa Maria da Feira	- 219,0	- 262,0	144,0	300	- 26	-312	- 519	- 236	456
Santo Tirso	- 152,0	- 399,0	- 324,0	- 42	- 216	- 334	- 110	- 183	10
São João da Madeira	137,0	26,0	539,0	22	- 51	- 78	115	77	617
Trofa	4,0	- 3,0	343,0	84	62	- 32	- 80	- 65	375
Vale de Cambra	- 154,0	- 177,0	- 56,0	- 76	- 116	- 128	- 78	- 61	72
Valongo	213,0	46,0	1 631,0	319	131	10	- 106	- 85	1 621
Vila do Conde	311,0	222,0	845,0	177	94	- 217	134	128	1 062
Vila Nova de Gaia	915,0	209,0	954,0	414	- 139	- 570	502	348	1 524

Fonte: PORDATA

Analisando de forma mais pormenorizada, o território concelhio, e incidindo a nossa análise no âmbito das 16 freguesias e das 5 Uniões de Freguesias que o compõem (Tabela 4), constatamos que, no período de 10 anos (2011 – 2021), as freguesias que registaram um aumento mais significativo da sua população residente foram: a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (+ 1 594), São João de Ver (+ 447) e Mozelos (+ 155). Sublinhe-se que estas freguesias estão todas geograficamente situadas no litoral do nosso território, o que acompanha a tendência nacional para a concentração da população nas áreas mais litorais, mais próximas dos centros concelhios e onde se concentram as grandes oportunidades.

Por outro lado, aquelas freguesias em que o número de residentes mais diminuiu são as de Fiães (- 895), de Lourosa (- 633) e as da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior (- 576), existindo aqui um claro processo de desurbanização, ou seja, se, por um lado perdemos população nas áreas mais rurais (caso da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior), por outro verifica-se também uma perda nos pequenos centros urbanos (caso de Fiães e Lourosa, que são duas cidades).

Tabela 2: Caracterização Demográfica de Santa Maria da Feira

Indicadores Demográficos	População Residente		Taxa de Natalidade ⁸		Taxa de Mortalidade ⁹		Taxa de Fecundidade ¹⁰		Índice Sintético Fecundidade ¹¹	
	SMF	AMP	SMF	AMP	SMF	AMP	SMF	AMP	SMF	AMP
2001	136 092	1 732 210	11,7	11,3	6,6	8,1	42,1	41,4	1,40	1,39
2011	139 706	1 760 033	8,9	9,0	6,8	8,1	34,9	36,1	1,25	1,28
2016	139 173	1 721 320	7,7	8,3	7,9	9,1	32,1	35,5	1,20	1,31
2021	136 674	1 736 228	6,8	7,3	9,1	9,9	31,4	33,1	1,19	1,22

Fonte: PORDATA

Tabela 3: População Residente por Grupo Etário e Índice de Envelhecimento

População Residente por Grupo Etário	0 – 14	15 – 24	25 – 64	65 e mais anos	Índice de Envelhecimento ¹²
2001	25 263	19 828	75 883	15 122	60,1
2011	21 706	15 920	81 662	20 421	96,5
2016	19 130	15 789	80 267	23 990	129,0
2021	17 166	14 870	76 011	28 627	168,6

Fonte: PORDATA

⁸ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo.

⁹ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo.

¹⁰ Número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil (15-49 anos).

¹¹ Número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil (15-49 anos).

¹² Número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos.

Tabela 4: População Residente por Local de Residência e por Grupo Etário

População Residente por Freguesia/Escalão Etário	2011					2021				
	Total	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos	Total	0 -14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos
Argoncilhe	8 420	1 295	984	4 783	1 358	8 181	1 050	886	4 400	1 845
Arrifana	6 551	934	655	3 689	1 273	6 311	726	653	3 351	1 581
Escapães	3 309	451	385	1 958	515	3 315	432	353	1 845	685
Fiães	7 991	1 146	929	4 569	1 347	7 096	803	716	3 805	1 772
Fornos	3 397	599	334	2 017	447	3 433	505	364	1 938	626
Lourosa	8 636	1 235	1 027	5 012	1 362	8 003	854	861	4 452	1 836
Milheirós de Poiares	3 791	597	483	2 177	534	3 594	415	392	2 071	716
Mozelos	7 142	1 208	795	4 266	873	7 297	980	811	4 174	1 332
Nogueira da Regedoura	5 790	988	649	3 384	769	5 723	795	613	3 213	1 102
Paços de Brandão	4 867	678	510	2 807	872	4 775	540	503	2 631	1 101
Rio Meão	4 931	764	544	2 893	730	4 813	542	536	2 706	1 029
Romariz	3 023	456	405	1 650	512	2 739	259	328	1 486	666
Sanguedo	3 600	654	470	1 976	500	3 474	490	388	1 860	736
Santa Maria de Lamas	5 073	702	618	2 971	782	4 747	465	485	2 783	1 014

População Residente por Freguesia	2011					2021				
	Total	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos	Total	0 -14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos
São João de Ver	10 579	1 864	1 120	6 362	1 233	11 026	1 528	1 207	6 351	1 940
São Paio de Oleiros	4 069	566	469	2 357	677	3 661	393	364	1 980	924
União das Freguesias de Caldas de S. Jorge e Pigeiros	3 897	564	494	2 194	645	3 688	404	389	2 048	847
União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior	9 458	1 647	1 106	5 386	1 319	8 882	1 113	1 061	4 784	1 924
União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	9 860	1 703	1 185	5 579	1 393	9 647	1 218	1 145	5 300	1 984
União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	18 194	3 004	2 097	10 738	2 355	19 788	2 925	2 109	11 283	3 471
União das Freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteirô	6 734	987	777	3 843	1 127	6 481	729	706	3 550	1 496
Total	139 312	22 042	16 036	80 611	20 623	136 674	17 166	14 870	76 011	28 627

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Ao analisarmos demograficamente o Concelho de Santa Maria da Feira é igualmente importante abordarmos o fenómeno das migrações, na medida em que este provoca também oscilações na população residente.

A população com estatuto legal residente tem vindo a aumentar, tal como já referido na análise do Saldo Migratório, ou seja, em 2011 residiam 1 414 pessoas de nacionalidade estrangeira em Santa Maria da Feira e em 2021 residiam 2 081 pessoas, representando 1,52% da população residente, mais 0,51% do que há 10 anos atrás.

Relativamente às nacionalidades, o concelho de Santa Maria da Feira acolhe, maioritariamente, cidadãos de nacionalidade brasileira (861), outros países americanos (291) e cidadãos de nacionalidade ucraniana (155).

EDUCAÇÃO

Todos reconhecemos a Educação como uma parte fulcral da integração social e da construção da cidadania, na medida em que se revela uma condição e um processo de desenvolvimento individual e das próprias sociedades.

Além disso, a educação é um recurso decisivo em várias áreas, desde a economia, cultura, arte, ciência, entre outras. Daí que seja de especial importância a sua análise, de modo a compreender a evolução que se tem verificado no nosso Concelho.

Da análise efetuada dos dados disponíveis sobre a escolaridade da população residente no Concelho (2021), salienta-se uma preocupação: o baixo nível de escolaridade da nossa população, na medida em que cerca de 30% dos residentes têm um nível de escolaridade baixo, ou seja, 5,1% não tinha qualquer escolaridade e 25,6% tinha concluído o 1º ciclo (Tabela 5). Ainda assim, verificam-se mudanças positivas muito significativas no período de 10 anos, diminuindo-se consideravelmente estes valores.

Por outro lado, aumentou os alunos nos níveis de escolaridade mais elevados, o que poderá ser explicado pelo aumento do nível de escolaridade obrigatória, que na presente data, o Ministério de Educação definiu por 12 anos, e também pelo facto do mercado de trabalho exigir cada vez mais uma maior escolaridade, enquanto potenciadora de mais e melhores oportunidades para a população ativa.

Tabela 5: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade

População Residente com 15 e mais anos	2011	2021
Sem nível de Escolaridade	10 738	6 093
Básico 1º Ciclo	35 962	30 561
Básico 2º Ciclo	19 836	15 477
Básico 3º Ciclo	21 980	21 340
Secundário	15 586	25 930
Pós Secundário	980	1 335
Superior	12 186	18 772
Total	117 268	119 508

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Apesar de todos os avanços realizados e das melhorias efetuadas nesta área de intervenção, nomeadamente ao nível das infraestruturas/estabelecimentos de ensino, da oferta formativa, da melhoria da escolarização da população mais jovem, a realidade é que os níveis de qualificação escolar da população adulta continuam a ser uma questão educativa de primeira importância, o que acarreta consequências não só económicas, mas igualmente sociais.

Em 2021, cerca de 2,4% da população residente no Concelho, com 10 e mais anos, era ainda analfabeta, o que impõe uma série de desafios sociais que necessitam ser debatidos e ultrapassados, muito embora também a este nível se tenham registado avanços francamente significativos, como resultado da aposta na formação, qualificação e validação das competências da população.

Tabela 6: População residente analfabeta com 10 e mais anos

População Residente Analfabeta	Total	Homens	Mulheres
2001	8 043	2 484	5 559
2011	4 982	1 497	3 485
2021	3 073	966	2 107

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

No entanto, devem ser reconhecidos os esforços feitos e conseguidos a nível nacional e concelhio no sentido de diminuir as taxas de abandono escolar, as taxas de retenção e de insucesso escolar. A este nível, o Concelho de Santa Maria da Feira, apostando numa política educativa coordenada e articulada entre todos os agentes educativos e os

parceiros sociais interessados, dinamizando uma rede formativa mais diversificada e coerente com a realidade socioeconómica do concelho, registou nos últimos anos uma contínua diminuição da retenção e desistência escolar.

Tabela 7: Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico (%)

Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	Ensino Básico	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
2001/2002	10,5	6,3	11	15,8
2011/2012	8	2,8	9,8	13,2
2015/2016	4,6	2,4	3,2	8
2018/2019	3,0	1,5	1,6	5,7
2020/2021	1,3	1,1	0,7	1,9

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Na sequência de toda a reorganização efetuada no âmbito das infraestruturas educativas, exigida em prol da redução do número de crianças e jovens, conforme mencionado anteriormente, ao nível dos estabelecimentos de ensino da Rede Pública, o Concelho de Santa Maria da Feira, no ano letivo de 2020/2021, dispunha de 168 estabelecimentos de ensino não superior (131 públicos e 37 privados), abrangendo um total de 17 030 alunos (3 131 no pré-escolar; 4 296 no 1º ciclo; 2 386 no 2º ciclo; 3 809 no 3º ciclo, 3 382 no secundário e 26 no ensino pós-secundário) e 2 estabelecimentos privados de ensino superior.

Note-se que, ao longo dos últimos anos, houve uma redução muito acentuada do número de escolas do 1º Ciclo pelo fecho das escolas em territórios de baixa densidade demográfica, tal como aconteceu no país em geral (Tabela 8).

Tabela 8: Número de Estabelecimentos de Ensino por nível de ensino e natureza institucional

Número de Estabelecimentos de Ensino	2011/2012		2015/2016		2020/2021	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Ensino Pré-Escolar	80	26	61	26	57	26
Ensino Básico – 1º Ciclo	66	3	51	2	50	3
Ensino Básico - 2º Ciclo	11	2	11	2	10	3
Ensino Básico - 3º Ciclo	11	2	11	2	11	2
Ensino Secundário	4	3	2	3	3	3
Ensino Superior	-	2	-	2	-	2
Total	172	38	136	37	131	39

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Em todos estes esforços e desafios procura-se sempre priorizar a educação enquanto condição necessária para o desenvolvimento de qualquer território.

SAÚDE

A Organização Mundial de Saúde, criada em 1946, foi o primeiro organismo internacional a referenciar o Direito à Saúde, considerando-o o direito humano mais importante, de carácter universal.

Mais tarde, através do artigo 64.º da Constituição Portuguesa, o nosso país consagra também que todos têm o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e proteger. Hoje, a área da saúde atravessa todos os setores de atividade de uma sociedade e, por isso, cruza todos os seus níveis de decisão, exigindo o envolvimento de todos os cidadãos e de toda a comunidade.

Por isso, a Saúde assume uma dimensão cada vez mais presente no plano das políticas públicas, assistindo-se, ao longo dos anos, a uma mudança no paradigma, passando-se de um modelo mais centrado na doença para um modelo mais centrado na promoção da saúde e na adoção de estilos de vida mais saudáveis.

O Concelho de Santa Maria da Feira dispõe, na área da saúde, do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, que agrupa o Hospital de São Sebastião, E.P.E., o Hospital Distrital de São João da Madeira e o Hospital São Miguel (Oliveira de Azeméis), sendo responsável pela prestação de cuidados de saúde a cerca de 340 000 habitantes dos concelhos de Santa Maria da Feira, Arouca, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Ovar e de algumas freguesias do concelho de Castelo de Paiva.

Este Centro Hospitalar disponibiliza à população um conjunto vasto de serviços clínicos, nomeadamente: Cirurgia Geral, Obstetrícia/Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Urologia, Cardiologia/Unidade de cuidados intensivos coronários, Gastrenterologia, Medicina Interna, Neurologia, Oncologia Médica, Pneumologia, Pediatria/Neonatologia, Anestesiologia/Unidade da dor, Urgência Médico-Cirúrgica, Unidade de Cuidados Intensivos Polivalentes (UCIP) /Unidade de Cuidados Intermédios (UCI), Imagiologia, Medicina Física e de Reabilitação e Patologia Clínica/Unidade de Imunohemoterapia.

Tal como é perceptível na tabela 9, o Centro Hospital Entre Douro e Vouga, centrado na sua missão de atender e tratar, em tempo útil, os doentes dos concelhos da parte norte do distrito de Aveiro, com eficácia, qualidade e custos socialmente comportáveis, tem apostado no aumento dos seus recursos humanos, sendo que, em 2021 trabalhavam nesta Unidade Hospitalar 2 375 pessoas, o que representa, em três anos, um aumento de 258 profissionais da área da saúde e, em dez anos, um aumento de 1 146 profissionais.

Por outro lado, nos últimos três anos, o território de Santa Maria da Feira aumentou a proporção de médicos por cada 1000 habitantes, situando-se esta nos 3,3% em 2021, e tem ainda apostado na melhoria da qualidade dos serviços de saúde primários, dispondo de 1 Centro de Saúde (Agrupamento Centros de Saúde Entre Douro e Vouga) e 15 Extensões dos Centros de Saúde.

Tabela 9: Indicadores relativos a Centros Hospitalares em Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira	Hospitais		Equipamentos		Movimento de Internados		Pessoal de Serviço				
	Público	Privado	Camas	Salas Operação	Internamentos	Dias de Internamento	Total	Médicos	Enfermeiros	Pessoal Auxiliar	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica
2019	1	0	366	12	17 584	123 419	2 117	387	684	670	130
2020	1	0	371	13	15 680	117 549	2 315	405	764	737	143
2021	1	0	381	12	17 795	123 118	2 375	473	766	728	139

Fonte: PORDATA

Em 2021, o Concelho de Santa Maria da Feira tinha ainda em funcionamento 27 farmácias, o que corresponde a uma média de 5,085 habitantes por farmácia.

Apesar de todas as melhorias realizadas no sentido de aumentar a qualidade das unidades de saúde existentes no concelho, muitos desafios ainda existem e, por isso, o Plano Local de Saúde 2021-2030, traçado para o Concelho procura a promoção da cidadania, das políticas públicas saudáveis, da equidade e do acesso adequado aos cuidados de saúde, o que requer parcerias sustentadas.

ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Analisar e avaliar a problemática da habitação e das condições habitacionais é extremamente complexa, na medida em que o significado de habitação varia consoante a situação temporal e os diversos grupos sociais, e não se reduz apenas às dimensões da oferta e procura habitacional.

Para qualquer Ser Humano a habitação é uma necessidade básica, individual ou familiar, uma vez que todos necessitamos de ser e estar alojados, o que significa muito mais do que ter uma casa. É estar numa casa com e em determinadas condições.

A habitação é ainda resultado de um processo produtivo, de um património ou objeto de investimento e um elemento fundamental da estrutura e da imagem de qualquer território, satisfazendo, na sociedade, um conjunto de funções, como a de abrigo e reprodução da família.

Neste sentido, abordar e analisar a qualidade habitacional, enquanto conceito, revela-se uma tarefa complexa, dado que este não é um conceito absoluto nem estático, sendo, por isso, passível de diversas abordagens e interpretações.

No que se reporta ao Concelho, verificámos que a Habitação, enquanto competência direta do Município, tem sido uma preocupação constante, no sentido da melhoria da qualidade habitacional e, conseqüentemente, de vida dos seus municípios, procurando que todos habitem num espaço condigno.

Conforme podemos constatar na tabela 10, o Concelho tem registado progressivamente um aumento significativo do número de alojamentos (entre 2011 e 2021 existiam mais 2 003 alojamentos), em particular dos alojamentos familiares clássicos, que representam a grande maioria dos alojamentos (99,89% dos alojamentos eram, em 2021, de tipo familiar clássico), o que poderá ser explicado pela necessidade de dar uma resposta de âmbito habitacional ao aumento do número de famílias a residirem no Concelho (passaram de 48 963, em 2011, para 50 966, em 2021), o que poderá refletir o início da tendência crescente dos fluxos migratórios. Estes foram também anos coincidentes com o *boom* da construção habitacional, na medida em que a relação entre a oferta e a procura era uma exigência que se colocava aos vários territórios no âmbito nacional.

De referir ainda que, todos os esforços e melhorias efetuadas no Concelho ao nível da habitação, nomeadamente através do Programa Municipal de Realojamento iniciado em 2001, são visíveis ainda na diminuição significativa do número de alojamentos familiares não clássicos (barracas e casas rudimentares de madeira).

Todavia, os últimos Censos começam a revelar algumas das lacunas existentes no domínio da Habitação, na medida em que, de 2011 para 2021, Santa Maria da Feira registou um aumento do número de alojamentos familiares não clássicos, que poderá ser indicador das dificuldades que as famílias começam a sentir para integrar o mercado da habitação.

Tabela 10: Número de Alojamento e Tipo de Alojamentos no Concelho de Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira	Famílias Clássicas	Total	Tipo de Alojamentos							Alojamentos Coletivos
			Alojamentos Familiares							
			Clássicos			Não Clássicos				
Total	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos	Total	Barracas e Casas Rudimentares de Madeira	Outros				
2001	44 244	52 440	52 171	42 861	3 822	5 488	237	51	186	32
2011	48 963	60 554	60 499	48 587	6 764	5 148	21	4	17	34
2021	50 966	62 536	62 470	50 928	5 729	5 813	35	-	-	31

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Relativamente à qualidade habitacional, foram analisadas dimensões como a existência de água canalizada, de duche/banho e de sistema de esgotos nos alojamentos familiares, sendo de referir que a habitação aumentou não só em quantidade, mas também em qualidade, ou seja, o número de alojamentos familiares com a presença de todas as dimensões acima mencionadas é praticamente de 100%, existindo melhorias no intervalo de 10 anos, nomeadamente através dos incentivos para as ligações à rede pública de água e saneamento.

ECONOMIA E EMPREGO

Em termos gerais, podemos definir o mercado de trabalho pela relação complexa existente entre a procura de mão-de-obra por parte das empresas e a oferta de trabalho pelos indivíduos, sendo que, nesta relação, o Estado atua não só como regulador, mas também como agente direto no sentido em que implementa medidas para o seu normal e correto funcionamento e, ao mesmo tempo, cria ofertas de postos de trabalho.

Dessa forma, o mercado de trabalho e os seus recursos humanos são dois aspetos determinantes no nível de desenvolvimento e de desempenho de uma sociedade. Ao analisarmos e abordarmos a questão do emprego e do desemprego conseguimos observar a capacidade da própria economia de um determinado espaço criar emprego e da capacidade da população ativa se inserir no mercado de trabalho.

Segundo os dados dos Censos 2021, a população ativa do concelho de Santa Maria da Feira era de 67 022 indivíduos, em 2021, o que corresponde a uma taxa de atividade¹³ de 56,1%. Desse universo, 61 583 tinham emprego, dos quais 405 (1%) no setor primário, 27 541 (44%) no sector secundário e 33 907 (55%) no setor terciário, mantendo-se, nos últimos 10 anos, o reforço da evolução ao nível do setor de atividade, ou seja, continuou-se a registar uma queda no setor primário e secundário e um aumento da população empregada no setor terciário (tabela 11), embora, nos últimos anos, o concelho tenha vindo a apostar na dinamização de novas oportunidades de negócio, recuperando algum do seu setor secundário.

TABELA 11: População Empregada por Setor de Atividade

População Empregada por Setor de Atividade				
	Total	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
2001	67 424	892	41 829	24 703
2011	59 761	436	27 689	31 636
2021	61 583	405	27 541	33 907

Fonte: PORDATA

Observando as tabelas 12 e 13, verificámos que a população empregada é, maioritariamente, constituída por trabalhadores por conta de outrem (48 589) e com contrato de trabalho sem termo (27 079 em 2019), indicadores que são inerentes à segurança do trabalhador relativamente ao seu posto de trabalho, no que diz respeito à garantia de princípios e direitos no mercado de trabalho. Note-se, no entanto, que o número e a percentagem de trabalhadores com contrato com termo aumentou entre 2011 e 2019 (de 17,2%, em 2011, para 27,1%, em 2019), o que significa que tem aumentado a precaridade das condições de trabalho.

¹³ Peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos.

Tabela 12: População Empregada por Situação na Profissão

População Empregada por Situação na Profissão			
	Trabalhador por Conta Própria	Trabalhador por Conta de Outrem	Outro
2001	11 928	54 842	364
2011	10 632	48 304	486
2021	12 260	48 589	1 004

Fonte: PORDATA

Tabela 13: População Empregada segundo o Tipo de Contrato e o Regime de Duração

População Empregada	Tipo de Contrato		
	Total	Contrato com termo	Contrato sem termo
2011	34 524	5 933	28 591
2019	37 313	10 128	27 079

Fonte: PORDATA

Um outro aspeto importante quando abordámos a questão da economia e do emprego diz respeito à formação e capacitação dos próprios recursos humanos, na medida em que estas se refletem no nível e na qualidade das suas competências, sendo ferramentas de valorização pessoal e um fator de competitividade do mercado.

Não dispondo de dados sobre a formação e a qualificação profissional dos trabalhadores, verifica-se, contudo, uma tendência decrescente no número de trabalhadores por conta de outrem com níveis de escolaridade mais baixos (inferior ao 1º ciclo, 1º ciclo e 2º ciclo) e um aumento do número de trabalhadores com níveis mais elevados de escolaridade (3º ciclo, secundário e superior. Em 2021, 29,3% dos trabalhadores por conta de outrem detinham o ensino secundário e 15,9% o ensino superior.

Um outro aspeto que reflete igualmente a tendência de melhoria do próprio mercado de trabalho prende-se com o aumento dos valores relativos à remuneração base média mensal, que corresponde ao valor que é pago pelo serviço prestado no desempenho de uma qualquer atividade profissional, tendo consequências ao nível das condições de vida do trabalhador e da coesão social.

Muito por força dos aumentos do designado salário mínimo garantido, acertados em concertação social, de acordo com os dados disponíveis no portal PORDATA, em 2013, o ganho médio mensal dos trabalhadores do concelho de Santa Maria da Feira era de 1.155,80€, mais 203,7€ do que em 2011.

No entanto, aqui existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de se garantir uma igualdade de género, ou seja, apesar dos aumentos referidos, o ganho médio mensal das mulheres continua a ser inferior ao dos homens, já que, em 2021, as mulheres tinham um ganho médio mensal de 1.034,57€ e os homens 1.238,61€ (Fonte: INE).

Um outro desafio e preocupação que se colocam ainda ao Concelho de Santa Maria da Feira prende-se com a questão do desemprego, em particular do desemprego de longa duração e desemprego jovem.

De acordo com os dados oficiais do IEFP, a situação do desemprego tem vindo a melhorar nitidamente. Tendo como referência o mês de dezembro, podemos referir que, em 5 anos, o Concelho de Santa Maria da Feira reduziu em 0,4% a sua taxa de desemprego¹⁴, passando de 7,3% em dezembro de 2017 para 6,9% em dezembro de 2021, correspondendo, segundo os dados mais recentes, a 4 640 indivíduos em situação de desemprego, o que corresponde a 3,4% da população residente no concelho (Fonte: Estatísticas IEFP).

Não obstante todos os esforços realizados no sentido de diminuir progressivamente o número de desempregados, importa, neste momento, concertar estratégias para reduzir o número de desempregados de longa duração (inscritos há um ano ou mais nos centros de emprego), que, em dezembro de 2021, representavam 55,0% da população desempregada inscrita no IEFP (2 538 indivíduos) e os desempregados com idade até aos 34 anos, que representavam 26,5% da população desempregada (1 230 indivíduos).

Não obstante, muito embora as taxas de desemprego, e, conseqüentemente, o número de desempregados revelem uma tendência decrescente, importa salientar que é necessário, de igual forma e até com maior consistência, medidas e iniciativas que integrem as pessoas que, por uma qualquer razão, experienciam a situação de desemprego numa idade mais tardia, ou seja, aquelas pessoas na faixa etária entre os 35 e os 54 anos e 55 e + anos, que representam, à data de dezembro de 2021, 73,5% dos desempregados, sendo estas aquelas que para o mercado de trabalho, muitas vezes, são tidas como ‘velhas’, mas ‘novas’ para beneficiar de proteção social (reforma, pensão, entre outros). (Fonte: Estatísticas IEFP).

Por outro lado, em 2021, segundo os dados do Recenseamento, existiam 9 694 jovens “inativos” (dos 15 aos 24 anos), dos quais 8 596 eram estudantes, o que significa que existiam 1 098 jovens que não estavam nem a trabalhar nem a estudar, podendo ser tomado como uma estimativa aproximada de jovens “NEET”¹⁵.

Registe-se ainda que havia nesse ano, 3 211 “inativos incapacitados”, havendo ainda a registar 3 720 “domésticas/os”, dos quais poderão ser potenciais desempregados ocultos.

INSTITUIÇÕES, SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS PRESENTES NO CONCELHO

As Instituições Particulares de Solidariedade Social são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa, sendo que até 1974, ano em que foi conquistado o estatuto de IPSS¹⁶, eram denominadas de Organizações da Economia Social, sem fins lucrativos, funcionando durante muito tempo com a missão fundamental de proteção social.

Com a introdução da noção de Estado Providência, ocorrida na emergência da Democracia Portuguesa (1974), o papel das IPSS foi-se alterando um pouco, sendo que, agora, em articulação com o Estado, com as pessoas e as suas famílias e com as comunidades locais, procuram as melhores soluções para responder às necessidades das populações.

Por força de todas as alterações conjunturais existentes na nossa sociedade, hoje em dia, as IPSS enfrentam novos desafios, que exigem uma mudança de mentalidades: continuarem a responder às necessidades sociais, mas a

¹⁴ Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

¹⁵ Jovens que não estão nem a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação.

partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada, em que os apoios públicos são apenas uma das muitas fontes de financiamento possível.

Santa Maria da Feira sempre procurou desenvolver um trabalho de cooperação e de articulação entre todas as instituições existentes, para que os problemas sociais mais emergentes fossem mais atenuados/minimizados, dispondo, na atualidade, de 53 IPSS.

As entidades parceiras da Rede Social Concelhia constituem-se em fóruns privilegiados para intensificar o diálogo e a cooperação entre as instituições, através do seu Conselho Local de Ação Social, à frente designado por CLAS, e dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, condição necessária ao efetivo funcionamento em rede, procurando sempre estratégias de intervenção local mais eficazes, mais rápidas e mais adequadas face às necessidades populacionais sentidas em cada um dos seus territórios.

Tabela 14: Número de Instituições Particulares de Solidariedade Social de acordo com as suas Valências

Infância e Juventude						População Idosa			Pessoas Adultas com Deficiência		
Creche	Jardim Infância	Centro Atividades Tempos Livres	Centro Acolhimento Temporário	Lar Infância e Juventude	CAFAP	Centro de Dia	Serviço Apoio Domiciliário	ERPI	Centro Atividades e Capacitação para a Inclusão	Fórum Socio-Ocupacional	Formação Profissional
25	17	18	1	1	1	22	27	17	3	1	1

Fonte: Rede Social Concelhia e Carta Social do Instituto de Segurança Social

Relativamente à valência Infância e Juventude, as IPSS existentes que trabalham neste domínio conseguem dar resposta a 1 307 utentes, existindo, no entanto, listas de espera consideráveis, ou seja, no Concelho de Santa Maria da Feira a oferta existente nestes equipamentos não é suficiente para a procura que se regista.

Importa ainda referir que o concelho de Santa Maria da Feira, ao nível da População Sénior, embora tenha a frequentar as suas respostas 1 863 idosos, regista um elevado número de utentes em lista de espera nas Estruturas Residenciais para Idosos (1 177), o que reflete, uma vez mais, a situação demográfica marcada pelo envelhecimento e a necessidade de se intervir nesta valência.

Ao nível da área da deficiência, as 4 IPSS que desenvolvem este trabalho abrangem um total de 278 utentes, existindo uma lista de espera de 167 indivíduos.

Além das valências tipificadas e apresentadas na tabela acima, o Concelho dispõe ainda de 14 SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, 6 Gabinetes de Inserção Profissional (Santa Maria da Feira, Nogueira da Regedoura, Lobão, Santa Maria de Lamas, Lourosa e Paços de Brandão), 6 Cantinas Sociais (Arrifana, Mozelos, Rio Meão, Fornos, Sanguedo e Santa Maria de Lamas), 2 Unidade de Cuidados Continuados (Escapães e Fiães), 4 Residências Partilhadas (Lourosa, Fiães, Gião e Sanguedo) e 1 Centro Comunitário (Mozelos).

6. PROBLEMÁTICAS SOCIAIS DO CONCELHO

Tendo por base o diagnóstico social efetuado do Concelho de Santa Maria da Feira, ao nível da demografia, educação, saúde, alojamento e condições de habitação, economia e emprego, e instituições, serviços e respostas sociais concelhias, , foi elaborada a matriz abaixo representada, tendo por base três grandes Eixos de Intervenção, que integram aquelas que são as principais problemáticas identificadas e nas quais será necessária uma intervenção mais articulada, sendo, por isso, orientadoras de todo o caminho a ser percorrido neste instrumento estratégico de planeamento:

- Eixo 1: Intervenção perante os desafios demográficos da natalidade, do envelhecimento, da longevidade e de situação de dependência e/ou incapacidade;
- Eixo 2: Promoção da inclusão e proteção social dos grupos sociais mais vulneráveis;
- Eixo 3: Promoção da coesão territorial.

Eixo 1 Desafios Demográficos	Eixo 2 Inclusão e Proteção Social	Eixo 4 Coesão Territorial
<p>Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias</p> <p>População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social.</p>	<p>Crianças e jovens em risco e perigo</p> <p>Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade avançada e Jovens NEET</p> <p>Pessoas com problemas de saúde mental</p> <p>Vítimas de violência doméstica e de género;</p> <p>Pessoas migrantes e minorias étnicas;</p> <p>Pessoas com comportamentos aditivos e dependências</p> <p>Pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social</p>	<p>Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional</p> <p>Transportes e Acessibilidades.</p>

Neste ponto, procurámos igualmente fazer um enquadramento, em cada uma das problemáticas, de modo a existir um planeamento facilitador e promotor de desenvolvimento social sustentável concelhio, incorporando, para cada uma delas, as principais linhas orientadoras das ações de intervenção.

EIXO 1 – DESAFIOS DEMOGRÁFICOS

6.1. Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias

Reportando-nos à análise da população portadora de deficiência e/ou com incapacidade residente no Concelho, aquando dos Censos de 2011 foi criada uma nova tipologia relativa ao tipo de dificuldade existente, ao nível da visão, da audição, da dificuldade em andar ou subir degraus, à memória ou concentração, a tomar banho ou a vestir-se sozinho, e ainda, da compreensão dos outros ou de se fazer compreender. Para cada um destes tipos de dificuldade/incapacidade, foi realizada a correspondência ao nível de “Não ter dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação”, “Ter muita dificuldade em efetuar a ação”, e ainda “Não conseguir efetuar a ação”.

Esta nomenclatura manteve-se nos Censos de 2021, sendo que, analisando a tabela abaixo representada, observamos que, das pessoas que não conseguem efetuar a ação, a capacidade de “tomar banho ou vestir-se sozinho” é a mais predominante, assumindo 1,2% relativamente ao universo global da população residente no concelho (136 674 habitantes). De seguida, existem 0,9% de indivíduos com severos problemas de locomoção, não conseguindo andar ou subir degraus; e 0,7% com problemas de memória ou concentração.

Não obstante as dificuldades funcionais que esta população enfrenta todos os dias, existe todo um conjunto de outros obstáculos que se impõe transpor, enquanto comunidade e sociedade. Quando não têm uma ocupação, estas pessoas ficam em casa, dependendo economicamente dos familiares. Os baixos rendimentos e a debilidade socioeconómica conduzem a uma desintegração cívica e social destas pessoas, logo à sensação de que não pertencem coletivamente a algo. Há, por outro lado, um conjunto de causas que agravam a falta de oportunidade de empregabilidade destas pessoas: o mercado de trabalho aposta em recursos humanos cada mais qualificados e isentos de necessidades especiais, relacionando imagem pessoal com aumento de produtividade; os preconceitos estão fundados em crenças generalizadas sobre as características pessoais de grupos minoritários, que são consideradas tipicamente negativas; os processos de integração destas pessoas no mercado de trabalho é visto como dispendioso, moroso e pouco eficaz (baixa de produtividade e/ou produtividade mais lenta); o desconhecimento relativo às medidas de apoio ao emprego de que estas entidades podem beneficiar, quando integram pessoas com deficiência e/ou incapacidade, entre outras.

Tabela 15: População residente com 5 anos ou mais segundo o tipo de dificuldades e por grau de dificuldade sentido

2021	Tipo de Dificuldade											
	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou Concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	3 965	2,9%	3 143	2,3%	6 077	4,4%	3 318	2,4%	1 667	1,2%	1 198	0,9%
Não consegue efetuar a ação	242	0,2%	242	0,2%	1 210	0,9%	936	0,7%	1 948	1,4%	580	0,4%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Em face das problemáticas enunciadas e das respostas existentes, surge como opções estratégicas prioritárias as seguintes:

- 1) Aumento e alargamento das respostas já existentes, de forma a responder às procuras não satisfeitas e existentes;
- 2) Articulação de forma mais frequente entre os diferentes serviços e áreas pertinentes para uma plena integração destas pessoas (Economia, Educação, Emprego, Saúde e Segurança Social)

3) Criação de respostas inovadoras, nomeadamente que mobilizem a participação e a criatividade destas pessoas;

4) Aprofundamento de todas as vias de integração mais plena destas pessoas na sociedade em geral e nos seus diferentes grupos, para que não permaneçam em dinâmicas à parte.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Introdução de iniciativas tecnológicas com grupos específicos, nomeadamente pessoas com incapacidade e/ou dependência	2022-2025
Promoção da valorização das pessoas com dependência e/ou incapacidade e integração no mercado de trabalho	2022-2025
Promoção de atividades de cultura e lazer acessíveis à população com dependência e/ou incapacidade	2022-2025
Criação de respostas sociais alternativas às já existentes para a promoção da autonomia das pessoas com dependência e/ou incapacidade	2022-2025
Implementação de medidas de apoio ao descanso do cuidador informal	2022-2025

6.2. População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social

O envelhecimento da população é um dos principais fenómenos demográficos e sociais da sociedade portuguesa, constituindo-se como um dos problemas cruciais do século XXI. Fruto das alterações demográficas e do aumento da esperança média de vida registámos um aumento significativo da proporção de pessoas idosas na população total, impondo novos e diversos desafios aos indivíduos e à sociedade.

Os desafios sociais do território, pela sua complexidade e multisetorialidade, exigem o reforço da cultura colaborativa local e do trabalho em rede por forma a contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais ao desenvolvimento social efetivo e eficaz. É necessário empoderar, envolver e efetivar parcerias de âmbito local que promovam respostas adequadas, ajustadas e próximas de atenuação/combate à pobreza. Este trabalho colaborativo, integrado e participado revela-se determinante, principalmente, quando pretendemos intervir, no sentido da melhoria, em grupos socialmente vulneráveis, como os seniores.

Quando falamos de envelhecimento, falamos de um processo e não de um estado que se atinge por uma convenção social. Com efeito, falamos de um processo de desenvolvimento que acompanha o ciclo vital, a trajetória de vida. Ser velho não é apenas a manifestação da subjetividade, pelo que compete à sociedade, no seu todo, criar as condições para um envelhecimento ativo e saudável, com repercussões positivas em segundas carreiras de vida.

Santa Maria da Feira, à semelhança dos restantes municípios que integram a AMP, experiencia, de forma mais ou menos pronunciada, um envelhecimento populacional, dado o aumento significativo do número de residentes com 65 ou mais anos, o que impõe uma série de desafios demográficos e, conseqüentemente, sociais aos quais o concelho terá que dar resposta em prol do bem-estar da sua população.

É reconhecido por todos que o crescimento da esperança média de vida tem conseqüências na organização e estruturação do ciclo de vida, nas idades da vida, nas relações intergeracionais, de trabalho e de lazer e ao nível das necessidades de suporte familiar e social, sendo que estas questões envolvem, ainda, controvérsias respeitantes à cessação definitiva da atividade laboral, os tempos de reforma e á ameaça da sustentabilidade dos sistemas de pensões. É nesta evolução das estruturas demográficas que as políticas públicas se debatem com a urgência em formular e implementar soluções adequadas à resolução dos problemas resultantes de múltiplas necessidades de crescimento.

Assumindo a problemática associada aos idosos e seniores como prioritária e uma questão chave e reconhecendo-se que uma vida mais longa não é sinónimo de aumento de tempo vivido com saúde e qualidade, procura-se aqui dinamizar o conceito de envelhecimento ativo, sendo este um processo contínuo que visa a integração progressiva dos idosos na sociedade e uma expectativa de vida saudável com autonomia, independência e com qualidade de vida.

Nesse sentido, importa desenvolver estratégias que tenham em conta pelo menos as seguintes vertentes:

- 1) Aproveitamento mais ativo dos saberes e dos conhecimentos dos seniores;
- 2) Promoção de segundas carreiras (remuneradas ou não, consoante os casos), em alguns casos a tempo parcial, que ainda mobilizem e aproveitem competências úteis para a sociedade, nomeadamente em tarefas comunitárias ou de utilidade pública;
- 3) Dinamização de atividades intergeracionais que aproximem crianças, jovens e seniores que, por vezes, têm tendência a não se complementarem nas suas curiosidades e riquezas;
- 4) Criação de processos de empreendedorismo intergeracional que, aproveitando intenções e sonhos de empreendedorismo jovens e de empreendedorismo sénior, conjuguem ideias e talentos para atividades inovadoras de geração de rendimentos e de novos tipos de lógicas económicas, como por exemplo no âmbito da economia social e solidária;
- 5) Melhor articulação entre os serviços pertinentes para uma abordagem mais integrada e eficaz das demências que normalmente acompanham algumas destas pessoas de forma a maximizar a sua qualidade de vida durante o maior número de anos possível;
- 6) Aumento e alargamento das respostas já existentes e promoção de respostas sociais inovadora, de forma a responder às procuras não satisfeitas.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Promoção de respostas flexíveis que apostem no envelhecimento ativo e saudável e que tenham em linha de conta a diversidade de perfis	2022-2025
Introdução de iniciativas tecnológicas com grupos específicos, nomeadamente a população sénior	2022-2025
Promoção de iniciativas de combate ao isolamento e solidão dos seniores	2022-2025
Alargamento e qualificação das respostas residenciais para seniores	2022-2025
Promoção de medidas dirigidas a seniores em situação de pobreza	2022-2025
Promoção de medidas que garantem e assegurem os direitos das pessoas seniores	2022-2025
Criação de oportunidades de participação das pessoas com 65 e + anos na comunidade	2022-2025
Promoção de iniciativas que garantam a segurança dos seniores, através de programas promovidos pelas Forças de Segurança	2022-2025
Melhoria das condições habitacionais dos seniores, em particular dos que se encontram numa situação social mais fragilizada	2022-2025

EIXO 2 – INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

6.3. Crianças e jovens em risco e perigo

O conceito de crianças e jovens em risco é um conceito extremamente complexo que, por isso, tem que ser analisado à luz de diferentes perspetivas: médica, psicológica, educativa, social e a de direito. Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei 147/99, com alterações impostas pela Lei 31/2003), “uma criança ou jovem em risco é aquela cujo bem-estar está comprometido ou ameaçado pondo em causa o seu desenvolvimento integral.” O grande desafio que se coloca quando analisamos e abordamos esta problemática é o de saber a partir de que momento e qual o limite a ultrapassar para se poder dizer que se está ou não em perigo.

Além disso, afirmar que uma criança e um jovem estão em situação de perigo é um pouco redutor, visto que integram diversos grupos (exemplo: indivíduos em risco de abandono escolar, em situação de abuso de droga, maternidade e/ou paternidade na adolescência, delinquência juvenil, abuso sexual, entre outros).

De forma a orientar o trabalho dos técnicos que trabalham diretamente com esta problemática, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens elenca algumas das situações que se enquadram no conceito de crianças e jovens em risco, sendo elas: estar abandonada ou viver entregue a si própria; sofrer maus tratos físicos ou psíquicos; ser vítima de abusos sexuais; não receber os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal; ser obrigada a atividades ou trabalhos excessivos /inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; estar sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação.

Santa Maria da Feira dispõe de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que se define como sendo uma instituição não judiciária com autonomia funcional visando promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. A CPCJ do nosso Concelho desenvolve um trabalho com base em dois grandes Eixos: por um lado, a prevenção apostando na ação das entidades de primeira linha, demonstrando que esta é uma problemática que deve ser trabalhada e debatida em conjunto, e, por outro, a efetiva intervenção através da implementação das medidas legais de promoção e proteção das crianças e jovens.

De acordo com o último Relatório de Atividades, deram entrada na CPCJ um total de 719 processos (299 transitaram de anos anteriores, 101 reabertos, 320 processos novos e 9 transferências de outras CPCJ's) e foram arquivados um total de 509 processos (12 arquivados liminarmente, 8 transferidos para outras CPCJ's e 489 arquivados após Acordo de Promoção e Proteção), estando ativos, em 2022, 210 processos, maioritariamente referentes a crianças do sexo masculino.

Relativamente às problemáticas com maior incidência, podemos referir, independentemente da faixa etária da criança, a violência doméstica e a negligência, seguindo-se o absentismo escolar, o bullying, os consumos/dependências e o insucesso escolar.

Perante estes dados, revela-se fundamental desenvolver estratégias que tenham em conta pelo menos as seguintes componentes:

- 1) Melhoria do trabalho de prevenção junto de famílias onde se possam detetar situações de risco ou de pré-risco, articulando com as informações e as possibilidades que decorrem de medidas, como por exemplo o RSI;
- 2) Aumento, se possível, do número de respostas às situações mais problemáticas;
- 3) Melhoria e reforço das respostas já existentes;
- 4) Aprofundamento da articulação entre os serviços públicos e as instituições que trabalham nesta área, para que as respostas sejam mais rápidas, adequadas e integradas).

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Redução da proporção de crianças que vivem em situação de pobreza	2022-2025
Dinamização de respostas inovadoras e dignificantes na área da privação, como forma de a combater e/ou atenuar	2022-2025
Articulação dos mecanismos de apoio parental e familiar na primeira e segunda infância com foco na prevenção	2022-2025
Promoção da resposta de famílias de acolhimento para crianças e jovens	2022-2025

6.4. Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade Avançada e Jovens NEET

A problemática do desemprego é bastante ampla e, por isso, de difícil definição. No entanto, podemos defini-la como o desequilíbrio, quantitativo e qualitativo, entre a procura e a oferta de mão-de-obra, o número de indivíduos pertencentes à população ativa que procuram um trabalho não remunerado e não o encontram.

Independentemente da sua definição, o desemprego é um fenómeno social que marca a realidade das sociedades contemporâneas e que despoleta um conjunto de impactos negativos ao nível individual, grupal ou social.

Por outro lado, é importante relacionar o desemprego com as situações de emprego precário, na medida em que o desemprego acaba por ser muitas vezes uma transição para empregos desse tipo, o que provoca aquilo que poderíamos chamar de desemprego recorrente (conceito novo), mesmo que sejam trabalhos temporários.

De acordo com os dados mais recentes publicados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (dezembro de 2021), a taxa de desemprego no concelho situa-se, atualmente, nos 6,9%, correspondendo a 4 640 indivíduos desempregados.

Apesar das melhorias registadas ao nível da redução da taxa de desemprego, ainda existe um longo caminho a percorrer no sentido da redução do desemprego jovem, do desemprego em idade avançada e de longa duração e da diminuição do número de jovens NEET.

Os jovens têm sido os mais afetados pelas constantes transformações no mercado de trabalho e pelas novas formas de organização das empresas, o que limita os seus projetos de vida, nomeadamente a saída de casa dos pais, o casamento e a constituição de famílias.

Cada vez mais os jovens sentem dificuldades em conseguir uma posição estabilizada no mercado de trabalho. O Concelho, apesar da redução nítida nos valores do desemprego jovem, não é exceção nesta problemática, dado que ainda 26,5% dos seus desempregados (1 230 indivíduos) têm até 34 anos, ou seja, são desempregados jovens, sendo que, do total de desempregados (4 640), 7,2% encontram-se em situação de 1º emprego.

Uma outra preocupação prende-se de igual forma com o número de desempregados em idade avançada, correspondente a 55 e mais anos, que, na atualidade, representam no nosso concelho 34,8% dos desempregados, ou seja, indivíduos que são considerados demasiado novos para serem beneficiários dos sistemas de reforma e proteção social e demasiado velhos para as exigências do mercado de trabalho.

Relativamente ao fenómeno dos Jovens NEET (jovens que não estão nem a trabalhar nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação), segundo a estimativa aproximada resultante dos dados do Recenseamento de 2021, poderão existir cerca de 1 098 jovens NEET.

Tendo desde sempre presente esta preocupação, o Concelho procurou desenvolver e dinamizar, em parceria com outras entidades, respostas que apoiassem este público-alvo. A este propósito é de referir o papel interventivo que a ALPE – Agência Local em Prol do Emprego e os GIP – Gabinete de Inserção Profissional têm desenvolvido.

Assim, neste domínio, é importante qualificar melhor as respostas relativas à empregabilidade jovem, propondo-se algumas pistas com esse objetivo:

1) Envolvimento mais ativo e empenhado das empresas, como corresponsáveis na resolução deste problema, numa perspetiva de governança partilhada, de forma a aumentar e a melhorar as ofertas de estágios e emprego para jovens NEET e para desempregados em idade avançada;

2) Maximização das possibilidades de emprego, que possam ser oferecidas pelas organizações de economia social e solidária;

3) Desenvolvimento de formas de apoio financeiro e técnico, em condições mais favoráveis, a iniciativas de empreendedorismo jovem, empreendedorismo intergeracional e empreendedorismo social e solidário, para criação individual ou coletiva do próprio emprego, aproveitando inclusive programas de apoio que já existam a nível nacional;

4) Alargamento do apoio à procura de emprego, em áreas como o conhecimento dos direitos do trabalhador e em tempo de acompanhamento para além do momento de acesso a um posto de trabalho, para melhor defesa do trabalhador na conquista de um “trabalho digno” (conceito da OIT) e para não se sentir tão desacompanhado nos primeiros tempos do seu novo trabalho;

5) Melhor articulação entre todos os serviços públicos e instituições, parceiros da Rede Social, na resposta e acompanhamento a estas situações.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Dinamização de cursos em áreas estratégicas territoriais e certificação profissional em áreas-chave	2022-2025
Promoção da requalificação de profissões tradicionais através da criação de oficinas/cursos de aprendizagem de artes e ofícios	2022-2025
Estímulo ao Empreendedorismo, à promoção do autoemprego e/ou procura ativa de emprego em novos setores	2022-2025
Redução do número de jovens sem emprego, educação ou formação	2022-2025
Criação de oferta formativa em áreas profissionais relevantes e com maior procura de mão-de-obra	2022-2025

6.5. Pessoas com problemas de saúde mental

De uma forma geral, podemos afirmar que a Saúde Mental é o termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional ou a ausência de doença mental. Significa equilíbrio físico, mental, social e espiritual do Ser Humano, fulcral para a construção de uma sociedade saudável, inclusiva e produtiva. É uma parte integrante da saúde e um fator determinante para a coesão social, o progresso económico e o desenvolvimento sustentável.

A problemática da Saúde Mental, ao longo dos anos, foi perspectivada de formas muito diversas, reconhecendo-se, hoje, que não se esgota na ansiedade nem na depressão e não é apenas a prevenção e o tratamento da doença mental, abarcando também as implicações dos comportamentos aditivos relativos à toxicod dependência e ao alcoolismo bem como as diversas formas de demência nas várias idades. Por isso, envolve todos os setores da sociedade que afetam o bem-estar social, a todos os níveis etários.

Em 1946, a OMS definia saúde mental como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Com a progressiva investigação e atenção a esta área, o conceito de saúde mental foi evoluindo, sendo que, atualmente, a mesma organização entende saúde mental como o estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, faz face ao stress normal da vida, trabalha de forma produtiva e frutífera e contribui para a comunidade onde se insere.

Por outro lado, a doença mental assume-se como um conjunto de perturbações que afetam o desenvolvimento emocional, social e intelectual, e podem manifestar-se num determinado momento ou ao longo de toda a vida da pessoa (Fazenda, 2008).

Segundo a OMS (2005), no seu Relatório *Mental health: facing the challenges, building solutions*, todos os anos 1 em 4 adultos europeus são afetados por problemas de saúde mental, e anualmente, a doença mental é responsável por 873.000 suicídios na Europa, sendo este um problema transversal e que afeta todas as faixas etárias.

Torna-se, portanto, crucial, reforçar uma intervenção que contribua para a compreensão e aceitação deste problema/doença, sendo imperioso tratar a doença mental como um assunto prioritário, pois esta pode ser incapacitante, geradora de problemas mentais e físicos, potenciadora de ineficiências pessoais, familiares e sociais, invertendo o histórico em que as condições de saúde mental são generalizadas, subtratadas e com poucos recursos.

Em Portugal, segundo os dados mais recentes, 23% da população sofre de alguma perturbação do foro mental ou de uso de substâncias, tornando-o no segundo país da União Europeia com maior percentagem de anos vividos com incapacidade devido à carga de doenças mentais.

Apesar de importantes avanços na área da saúde mental, nos dias de hoje, a conotação negativa em relação às pessoas com doença mental mantém-se, continuando a representar um grande obstáculo ao tratamento e uma das maiores barreiras à sua plena integração na sociedade.

Não obstante, os serviços de saúde mental existentes no nosso país, bem como o número de profissionais (psiquiatras e psicólogos), continuam a ser insuficientes para responder a esta problemática, existindo outras barreiras ao acesso aos cuidados de saúde mental, como as de natureza geográfica, económica, escassez de respostas comunitárias, estigma e preconceito.

O Concelho de Santa Maria da Feira acompanha, a este nível, a tendência nacional, no sentido em que se verifica um hiato entre as necessidades de cuidados aos indivíduos portadores de doença mental e a oferta de respostas por parte dos serviços locais, denotando-se uma carência de respostas adequadas para pessoas com doença psiquiátrica grave.

Não existindo dados globais, de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo Pordata, constata-se um aumento contínuo e considerável, nos últimos 4 anos, do número de consultas efetuadas no serviço de psiquiatria. Em 2018 foram realizadas 3 353 consultas e em 2021 registaram-se 11 274 consultas, correspondendo a 3,8% do total de consultas realizadas no Centro Hospitalar e a um aumento de mais de 7 mil consultas (acréscimo de 2,29%).

Em 2021, trabalhavam no serviço de psiquiatria 4 médicos, o que corresponde a uma média de 2 800 consultas por médico, sendo que entre 2018 e 2020 esse número era de 5, ou seja, embora a procura e as consultas estejam a aumentar consideravelmente, essa tendência não é acompanhada ao nível do investimento nos Recursos Humanos, sobrecarregando-se os médicos existentes, o que poderá ser justificativo das elevadas listas de espera e demora na marcação de consultas e respetivos acompanhamentos.

A este nível, a OMS, no seu Atlas de Saúde Mental de 2021, destacava o défice global de investimentos em saúde mental e graves lacunas na prevenção e cuidados para crianças, jovens e cuidadores com perturbações mentais. Destaca também que a transferência de cuidados para a comunidade é lenta, embora recomendada há muito tempo, e que a intervenção psicossocial nos serviços de cuidados de saúde primários permanece limitada.

Assim, o Plano de Ação Integral para a Saúde Mental 2013-2030 apresenta como objetivos, entre outros, oferecer serviços de saúde mental comunitários de forma abrangente, integrada e responsiva e implementar estratégias de promoção e prevenção em saúde mental.

Tratando-se de uma problemática preocupante e com uma tendência crescente, uma vez que configura uma fragilidade que conduz a uma exclusão psicossocial, e não meramente social, é necessário criar respostas inovadoras que tenham em conta os seguintes aspetos:

- 1) Realização de diagnósticos integrados, que situem o percurso e o contexto destas situações, de forma a obterem uma compreensão sistémica das mesmas;
- 2) Criação de respostas integradas, que tenham em conta as diferentes dimensões que estas situações envolvem;
- 3) Articulação persistente entre os serviços públicos e instituições que interferem neste domínio, de maneira a se atingirem as respostas integradas anteriormente referidas;
- 4) Envolvimento dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias na procura de soluções de proximidade, que também envolvam a comunidade;
- 5) Preocupação de apoio às famílias onde estas situações ocorrem.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Procura de soluções de proximidade para com os doentes, nomeadamente através da dinamização de programas socio ocupacionais e terapêuticos, oficinas artísticas e atelier's ocupacionais	2022-2025
Realização de ações de capacitação no âmbito da prevenção, tratamento e reinserção das pessoas com problemas de saúde mental	2022-2025
Criação de uma estrutura de base comunitária em saúde mental, que coordene e articule as respostas e serviços na área da Saúde Mental	2022-2025
Criação de novas unidades socio ocupacionais e/ou aumento da capacidade das existentes	2022-2025
Aumento da capacidade de respostas residenciais para pessoas com doença mental	2022-2025

6.6. Vítimas de violência doméstica e de género

O conceito de violência, enquanto produção e representação social, tem uma origem e uma função social presentes em todas as sociedades ao longo do tempo, devendo ser entendido como um conceito dinâmico.

Não existindo uma única forma de o definir, um ato é considerado como violento a partir do momento em que alguém o classifica como tal, quer seja a vítima, o agressor ou a própria sociedade em que estão inseridos.

A violência doméstica e de género não é um problema recente, mas o aprofundamento do seu conhecimento começou a ganhar visibilidade apenas nos anos 70. O Conselho da Europa atualmente refere que este problema, que deixou de estar sob o olhar cúmplice de todos e extrapolou as barreiras do seio familiar, prejudica a paz, a segurança e a própria democracia, devendo ser, por isso, considerada uma área crítica e prioritária de intervenção.

A Violência Doméstica é um fenómeno complexo que traz consigo consequências devastadoras, atendendo a que ocorre dentro da esfera privada, familiar e/ou íntima, esfera essa que deve funcionar como último reduto de proteção

e afeto. Reconhecemos que algumas das restrições impostas durante a pandemia de Covid-19, como o confinamento, se constituíram como fatores de risco para potenciar a prática e o impacto dos crimes de violência doméstica. Embora já se verificasse anteriormente um desfasamento entre o número de denúncias, o número de crimes efetivamente praticados e o número de vítimas que recorrem ao apoio especializado de uma estrutura de atendimento, a pandemia Covid-19 deixou as vítimas numa situação de grande vulnerabilidade.

Neste momento de recuperação, revelam-se essenciais a aposta em comportamentos pró-sociais e de altruísmo cívico e uma maior atenção e responsabilização social e individual para o combate à Violência Doméstica. Muitas vezes as vítimas desconhecem os seus direitos e a dimensão dos comportamentos violentos que são exercidos contra si.

As Estruturas de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica revelam-se fundamentais para promover a inclusão social, combater a pobreza e discriminação de pessoas vítimas de Violência Doméstica e/ou Violência de Género, facilitando a igualdade de oportunidades, considerando que, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 2/2018, 24 de janeiro, os seus objetivos se prendem com: “a) Assegurar o acompanhamento das vítimas de violência doméstica nas vertentes de atendimento psicossocial e de informação jurídica; b) Proceder à avaliação e gestão do grau de risco e das necessidades sociais das vítimas de violência doméstica, de forma a assegurar uma intervenção promotora da segurança ou o seu eventual reencaminhamento e acolhimento em condições de segurança; c) Dinamizar ações de informação e de formação sobre a problemática da violência doméstica e de género, junto de públicos estratégicos a nível regional e local, em articulação, designadamente, com as escolas ou agrupamentos, organizações da sociedade civil, autarquias e empresas”.

Para que tal seja possível, são fundamentais ações que contribuam para consolidar a rede territorial de prevenção e combate à violência doméstica e de género, através de respostas executadas em parceria e que permitam contribuir para a promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas, potenciando a congregação de esforços entre os vários interlocutores no sentido de fortalecer a correspondência entre as intervenções a desenvolver e os objetivos estratégicos da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (2018-2030) (ENIND 2018-2030)

Reconhecendo a importância deste fenómeno ao nível comportamental e social, o Concelho de Santa Maria da Feira tem vindo a demonstrar a sua preocupação para com o mesmo, tendo, desde 2006, em funcionamento um gabinete de intervenção na violência doméstica, o **Espaço Trevo**, que surgiu como resposta a um conjunto de necessidades, diagnosticadas no concelho no que se refere a situações de violência doméstica.

O Espaço Trevo disponibiliza apoio psicológico e psicossocial, intervenção na crise, apoio informacional e apoio jurídico a homens e mulheres vítimas de violência doméstica (crianças, adultos/as e idosos/as) e realiza encaminhamento social, de acordo com as necessidades e particularidades de cada situação.

Ao longo dos 12 anos de funcionamento, o Espaço Trevo tem vindo a dirigir esforços de atuação também na vertente preventiva e de sensibilização com atividades direcionadas para a comunidade em geral e em contexto escolar e ainda desenvolvendo formação dirigida a públicos-alvo estratégicos, reconhecendo o longo caminho que ainda necessita de ser percorrido.

Neste âmbito, urge melhorar as respostas, em particular nos seguintes aspetos:

1) Melhoria das estratégias de sensibilização e formação sobre esta problemática para a sociedade em geral, por forma a maximizar a prevenção destas situações e a dar-lhes resposta logo que ocorram;

- 2) Aprofundamento do conhecimento destas situações e das suas causas e contextos de ocorrência;
- 3) Desenvolvimento de respostas mais eficazes e integradas ao nível psicológico, social e de enquadramento económico;
- 4) Melhor articulação entre os parceiros da Rede Social pertinentes neste domínio (educação, emprego, ordem e segurança, saúde e segurança social), com vista a um conhecimento mais completo e precoce e a intervenções mais integradas.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Promoção da aprendizagem e treino sistemático das competências pessoais, sociais, emocionais e comportamentais	2022-2025
Capacitação de profissionais que intervêm com jovens e ativos vulneráveis na área dos Direitos Humanos, Igualdade e Não Discriminação	2022-2025
Realização de ações de sensibilização na área da prevenção primária da violência doméstica	2022-2025
Dinamização de ações de formação que contribuam para a reinserção profissional mais facilitada e organizada desta população	2022-2025

6.7. Pessoas migrantes e minorias étnicas

O conceito de migração é utilizado para designar a mudança de residência que uma pessoa faz para um outro local, seja um país ou região. O conceito de refugiado pode ser utilizado em várias aceções, permitindo incluir no seu âmbito categorias mais ou menos amplas de pessoas que são obrigadas a deixar os seus locais de residência por sentirem as suas vidas ameaçadas (Observatório das Migrações, 2021).

De acordo com a Portaria n.º 183/2020, as migrações constituem fator de grande relevância para o desenvolvimento social, cultural, demográfico e económico de Portugal. Portugal regista, desde 2003, uma evolução positiva, tanto ao nível das políticas, como das práticas de acolhimento e integração dos imigrantes, para as quais têm contribuído as intervenções do Estado ao nível da administração central e local, mas também das organizações da sociedade civil e das próprias comunidades imigrantes.

As migrações representam uma questão incontornável do nosso tempo e a sua importância é cada vez maior, desafiando todos os países a encontrar soluções e respostas comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos, da paz e da solidariedade internacional. no quadro internacional, Portugal é considerado um país exemplar na forma como aborda as migrações, tendo uma sociedade acolhedora e tolerante, que conta com décadas de políticas públicas que procuram responder a este desafio de forma participada, descentralizada e inclusiva (Guia de Acolhimento para Migrantes, 2022).

Os movimentos migratórios assumem um papel decisivo para atingir o reequilíbrio demográfico, devido à redução da taxa de natalidade e ao envelhecimento da população. Torna-se, assim, crucial a implementação de medidas de inclusão e de combate às diferentes formas de desigualdade, que atingem de forma particular as minorias, através da qualificação da população ativa e do alargamento das oportunidades de integração laboral, contribuindo para o rejuvenescimento do mercado de trabalho.

Santa Maria da Feira é um Município aberto a todas as culturas e comunidades, que defende uma política de implementação de serviços de proximidade com vista ao acolhimento, integração e apoio da comunidade imigrante, através da promoção dos direitos de cidadania, da igualdade de oportunidades e da valorização do potencial humano, cultural e empreendedor da comunidade migrante.

De acordo com os dados mais recentes, a população com estatuto legal residente tem vindo a aumentar, ou seja, em 2011 residiam 1 414 pessoas de nacionalidade estrangeira em Santa Maria da Feira e em 2021 residiam 2 081 pessoas, representando 1,52% da população residente, mais 0,51% do que há 10 anos atrás. Relativamente às nacionalidades, o concelho de Santa Maria da Feira acolhe, maioritariamente, cidadãos de nacionalidade brasileira (861), outros países americanos (291) e cidadãos de nacionalidade ucraniana (155). As migrações afirmam-se claramente como uma dinâmica incontornável da sociedade portuguesa e um importante recurso para o seu futuro, sendo, por isso, fulcral a articulação, intervenção e interação entre três diferentes atores que contribuem, à sua medida, para o efetivo processo de integração desta população: o Estado, os grupos em que as pessoas se inserem e a própria pessoa.

Desta forma, é necessário definir e implementar ações e medidas que possibilitem genericamente que as pessoas sejam titulares de direitos e de deveres face ao Estado e aos restantes membros da comunidade, e possam beneficiar de iguais oportunidades para viverem a sua vida de acordo com as conceções de bem que subscrevem e partilham.

Além da população migrante, podemos ainda identificar, neste ponto, as três comunidades de etnia cigana existentes no Concelho de Santa Maria da Feira, sendo necessário dar continuidade às iniciativas já desenvolvidas no sentido de se criar condições adequadas para que a participação destas comunidades se concretize em igualdade da restante população, definindo ações específicas, integradas e eficientes para combater as desigualdades estruturais existentes.

No Concelho, estas comunidades residem, ainda, em habitações precárias, de construção abarracada ou em barracas, inacabadas ou que não reúnem condições de habitabilidade, predominando soluções de alvenaria de tijolo, madeira, painéis metálicos, entre outros materiais degradáveis, sem todas as infraestruturas básicas, com disfunções construtivas/arquitetónicas e insuficientes para o número de pessoas residentes.

Sendo uma problemática com uma história muito antiga, as respostas neste domínio exigem tempo e persistência e, provavelmente, demorarão gerações a darem resultados visíveis. Nesse sentido, é importante iniciar processos de mudança, que precisam de ser considerados a longo prazo, entre os quais sugerem-se os seguintes:

- 1) Aprofundamento do conhecimento efetivo da história, das estórias, dos valores e das identidades próprias destas populações, procurando sistematiza-los e divulga-los;
- 2) Acolhimento no Concelho das experiências de mediação intercultural, cujos resultados positivos já foram evidenciados em vários projetos de localidades no território nacional;

- 3) Desenvolvimento de projetos específicos focados nestas comunidades, que potenciem os seus conhecimentos e talentos, mobilizem a sua participação e qualifiquem as suas oportunidades de integração social;
- 4) Apoio à empregabilidade (emprego por conta de outrem) e empreendedorismo cigano (criação do próprio emprego ou melhoria do seu negócio), aproveitando e reforçando as suas competências e talentos e tornando mais viáveis as suas atividades económicas junto da sociedade maioritária.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Desenvolvimento de um mecanismo de acolhimento ao imigrante que vem residir no Concelho de Santa Maria da Feira	2022-2025
Aumento das oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa para estrangeiros	2022-2025
Redução das desigualdades do desempenho/sucesso escolar dos imigrantes e seus descendentes	2022-2025
Promoção e qualificação das respostas de atendimento a imigrantes	2022-2025
Desenvolvimento de ações que permitam reverter ciclos de exclusão e vulnerabilidade sociais das minorias étnicas	2022-2025
Promoção do acesso destas populações aos direitos sociais	2022-2025
Redução das desigualdades no acesso destas populações ao mercado de trabalho	2022-2025

6.8. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

De acordo com o Relatório da Rede de Referenciação de Riscos e Minimização de Danos, a magnitude dos problemas ligados aos Comportamentos Aditivos e Dependências, na sua definição, mais abrangente, baseada na evidência científica, representa um problema de saúde pública, em todo o mundo.

Os Comportamentos Aditivos e Dependências são fenómenos que podem surgir em qualquer fase do ciclo de vida de um indivíduo, tendencialmente de evolução crónica, sujeitos a períodos de recaídas e de remissão associando-se, muito frequentemente, a outras patologias físicas e/ou psíquicas e a riscos e danos variados.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a adição de substâncias psicoativas (lícitas ou ilícitas), significa consumo repetido de uma ou várias substâncias psicoativas, em que o consumidor/adito fica periódica ou permanentemente intoxicado, apresenta compulsão para o consumo e grande dificuldade para o interromper ou alterar voluntariamente.

Por outro lado, os comportamentos aditivos também se denominam como “processos de adição”, com características impulsivas-compulsivas em relação ao jogo, internet, relações sexuais, compras, etc. envolvendo também

um potencial de prazer. A continuidade e a perseverança deste tipo de comportamento, coexistindo com outros fatores neurobiológicos, psicológicos, genéticos e ambientais, poderá evoluir para o ciclo de adição.

Um outro fenómeno atual das sociedades contemporâneas é a progressiva dependência face aos jogos digitais e à internet, sobretudo mais visível nas camadas mais jovens.

De acordo com o IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral– Portugal 2016/2017 Relatório Final, o álcool é a “substância psicoativa com maiores prevalências de consumo experimental (ao longo da vida) entre a população geral em Portugal com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, oscilando entre um mínimo de 73,6% (2012) e um máximo de 86,3%”. Lamentavelmente, em Portugal não existe nenhum estudo realizado à escala macro sobre a amplitude deste fenómeno nas empresas. No entanto, é lastimável saber-se que, globalmente 3,3 milhões de pessoas morrem por ano derivado de consumos de álcool.

Em Santa Maria da Feira, cerca de 1 000 pessoas em idade adulta são acompanhadas pelos serviços de saúde e sociais, devido ao consumo de álcool, substâncias e outros aditivos, o que é revelador da necessidade de mudança de comportamentos e atitudes, através da implementação desta resposta de primeira linha, com atuação através do modelo integrado, inserida na comunidade, próxima dos cidadãos, com solução de continuidade ao nível de programas ocupacionais, através das oficinas inovadoras e sessões de capacitação que passam por promover competências pessoais, sociais e laborais dos jovens e adultos em situação de DLD e em programas de tratamento e reabilitação.

Estas problemáticas têm sido associadas a vários fatores de risco, pelo que urge a necessidade de adotar um conjunto de respostas e serviços que permitam responder a estes novos desafios, complementares aos serviços hospitalares/à farmacologia.

Nesse sentido, é importante iniciar processos de mudança, que tenham por base uma metodologia integrada e próxima da comunidade com o objetivo de promover o retardamento das consequências dos problemas que afetam as pessoas com problemas de adição (seja ela de que natureza for), entre os quais sugerem-se os seguintes:

- 1) Desenvolvimento de capacidades envolvidas na construção da personalidade e promoção da integração destas pessoas no meio social em que vivem;
- 2) Promoção de um programa de intervenção de cuidados individualizados e personalizados dirigido a pessoas com problemas de adição, através da participação e acompanhamento de programas de reabilitação;
- 3) Redução do impacto das perturbações e disfuncionalidades na vida pessoal diária e contribuir para a promoção da saúde física e mental;
- 4) Apoio às famílias mais disfuncionais, capacitando-as e encorajando-as a prosseguir numa estratégia de bem-cuidar e de autocuidado.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Aumento da capacidade de resposta na intervenção com pessoas com comportamentos aditivos e dependências	2022-2025
Dinamização de espaços de participação, reflexão e formação para as famílias sobre comportamentos aditivos e dependências	2022-2025
Promoção da constituição de grupos de autoajuda, grupos psicoeducativos e oficinas ocupacionais	2022-2025
Realização de ações de sensibilização ao nível da prevenção no consumo de substâncias psicoativas	2022-2025

6.9. Pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social

A crise económica que o nosso país viveu, e sobre a qual o concelho de Santa Maria da Feira não ficou excluído, teve e continua a ter um forte impacto na vida dos indivíduos, na medida em que provocou a deterioração do mercado de trabalho e das condições de emprego, causando elevadas taxas de desemprego, que se refletiram no rendimento das famílias.

Aliado a este facto está igualmente o desemprego de longa duração e os fracos sistemas de proteção social que corresponderam a uma diminuição considerável no rendimento disponível dos agregados familiares, causando-lhes sérias dificuldades económicas e, em alguns casos, situações de verdadeira pobreza. continuando a existir várias situações de pessoas e famílias com dificuldades económica e/ou sobre endividadas, com particular destaque para as famílias unipessoais ou isoladas e as famílias monoparentais.

Segundo os dados dos Censos de 2021, residem no Concelho 50 966 famílias, sendo que, deste universo, 8 942 (17,5%) são famílias unipessoais ou isoladas e 6 868 são famílias monoparentais (13,5%). De salientar ainda que, 85,6% das famílias monoparentais existentes são compostas por mães com os filhos.

De forma a responder às necessidades económicas e sociais emergentes, em consequência da crise económico-financeira que o País sofreu a partir de 2009, o Município desenvolveu programas específicos de apoio a estas situações de maior vulnerabilidade: Programa Concelho Solidário - Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos; Rede Solidária de Restaurantes e Padarias; Mercado da Solidariedade, entre outros.

Além destas respostas municipais, refiram-se ainda as medidas desenvolvidas pelos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, no âmbito da sua atuação local, dirigidas a famílias vulneráveis socio economicamente, nomeadamente as beneficiárias de RSI ou de Ação Social, tentando promover a sua capacitação e autonomização por um lado, e dignificando os apoios recebidos, por outro.

Nesta lógica de intervenção procedeu-se à criação e dinamização de quatro Mercearias Sociais, que visam adequar a resposta alimentar às necessidades das famílias, facilitando o acesso aos bens alimentares; duas Hortas Sociais,

com 26 talhões no total, numa lógica de complementaridade de subsistência alimentar das famílias; e duas Lojas Sociais, facilitadoras do acesso a bens como vestuário, calçado, puericultura, têxteis-lar e pequenos eletrodomésticos.

Perante as dificuldades sentidas pelas famílias e o aumento das vulnerabilidades, em determinadas situações específicas, quanto a esta problemáticas podem ser importantes as seguintes propostas:

- 1) Continuação e reforço das respostas solidárias anteriormente referidas;
- 2) Realização de ações de formação em gestão doméstica para famílias envolvidas nestas situações, nomeadamente para os beneficiários do RSI;
- 3) Envolvimento dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias na identificação de situações ainda ocultas e na procura de respostas solidárias de proximidade.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Monitorização da evolução qualitativa e quantitativa das pessoas em situação de pobreza e exclusão social e respetivo acompanhamento	2022-2025
Implementação de projetos e iniciativas de apoio a grupos vulneráveis	2022-2025

EIXO 3 – COESÃO TERRITORIAL

6.10. Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional

A habitação é uma questão intrínseca a toda e qualquer realidade social, sendo um aspeto transversal a todos os países e central para o seu desenvolvimento económico. Portugal caracteriza-se, em termos habitacionais, por um forte acesso à propriedade com encargos de crédito por parte das famílias, sendo que uma grande parte das suas despesas recaem sobre a habitação; por dificuldades no acesso ao mercado de arrendamento e por um forte investimento em construção nova em detrimento da reabilitação.

A oferta de habitação pode ser determinada pelo ritmo de construção, estando condicionada a meios de financiamento e a programas desenvolvidos, sendo estes fulcrais para garantir o equilíbrio entre a oferta e a procura.

Não obstante o caminho que Portugal tem vindo a percorrer nestas matérias, nomeadamente no que respeita à resolução dos problemas quantitativos relativos à oferta de habitação, os múltiplos desafios que se colocam à política de habitação e reabilitação — económicos, funcionais, ambientais e sociais — demonstram a necessidade de uma abordagem integrada ao nível das políticas setoriais, das escalas territoriais e dos atores, que represente uma mudança na forma tradicional de conceber e implementar a política de habitação.

As profundas alterações dos modos de vida e das condições socioeconómicas das populações, a combinação de carências conjunturais com necessidades de habitação de natureza estrutural, a mudança de paradigma no acesso ao mercado de habitação, precipitada pela crise económica e financeira internacional, e os efeitos colaterais de políticas de habitação anteriores, apontam para a necessidade de novas políticas de habitação que contribuam para dar resposta à nova conjuntura do setor habitacional.

A habitação e a reabilitação são, cada vez mais, reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano, à vida em comunidade e à promoção da competitividade e coesão dos territórios. É, neste sentido, que o debate em torno destas questões se tem vindo a efetuar e a consolidar no quadro das orientações e recomendações de organizações internacionais como as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a União Europeia ou a Organização Mundial de Saúde.

Atualmente, a falta de casa, os elevados valores de mercado e as deficientes condições de habitabilidade assumem um papel relevante nas preocupações das famílias e das autarquias, que, fruto da sua relação de proximidade com os cidadãos e com os territórios, conseguem ter uma noção mais precisa dos desafios e dos próprios recursos existentes e necessários.

Nos últimos 20 anos, ao nível autárquico, a política habitacional pautou-se pela disponibilização de uma oferta pública de habitação para os grupos mais vulneráveis e carenciados, importando referir que, a este nível, o Município dispõe de um Parque Habitacional composto por 21 Empreendimentos Sociais, num total de 773 frações habitacionais e cerca 2000 residentes.

Todavia, por força do envelhecimento populacional, do número de agregados familiares monoparentais e das famílias que não têm rendimentos que lhes permitam a aquisição/arrendamento de uma casa, o modelo da oferta pública revela-se hoje completamente desajustado, sendo, por isso, necessário repensar o mercado habitacional e as soluções a serem encontradas.

Deste modo, e numa perspetiva social, pode-se definir algumas linhas de atuação:

- 1) Promoção de uma nova geração de políticas de habitação social a nível local, que tenham em conta as novas necessidades de apoio decorrentes da crise económico-financeira recente;
- 2) Aposta autárquica na reabilitação das habitações que se encontrem em condições degradadas;
- 3) Incentivo, por parte do município, à existência de ofertas de arrendamento a preços acessíveis para a população em geral;
- 4) Eventual apoio a projetos de autoconstrução para grupos ou comunidades em que tal faça sentido (como no caso das comunidades ciganas).

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Criação de programas que facilitem o acesso à habitação	2022-2025
Criação de soluções transitórias de habitação	2022-2025
Envolvimento da comunidade empresarial do setor da construção, na sua componente de responsabilidade social, em projetos de autoconstrução e reabilitação de habitações que se encontrem em situações degradadas	2022-2025

6.11. Transportes e Acessibilidades

A rede de transportes coletivos desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das populações, na medida em que estrutura o território e assegura a mobilidade das pessoas entre diferentes áreas.

Desde o final do século passado e início do séc. XXI, assistiu-se à polarização dos padrões de mobilidade, traduzida pela primazia da utilização do transporte individual automóvel, fruto da intensificação das taxas de motorização na generalidade do país, que levaram a que nos maiores aglomerados urbanos se tenham registado as externalidades resultantes dessa cultura de mobilidade, externalidades que aliás, ainda hoje se manifestam.

A atual conjuntura económica nacional e internacional, por vezes com aumentos sucessivos dos preços dos combustíveis, orientar para a tomada de novas opções na estratégia de gestão da mobilidade, promovendo formas alternativas de mobilidade, tendencialmente sustentáveis e já enquadradas nos novos desígnios de promoção da eficiência energética.

O concelho de Santa Maria da Feira encontra-se geograficamente bem localizado relativamente às capitais de distrito, Porto e Aveiro, a uma distância de 30km e 47km respetivamente.

Em termos de acessibilidades, é servido por um conjunto de eixos rodoviários de grande capacidade, como o IC1/A29, o IP1/A1, o IC2/A32, o IC24/A41 e a EN1, que não só desempenham uma função fundamental nas

acessibilidades interconcelhias do território municipal, como fomentaram o crescimento dos aglomerados urbanos na sua proximidade, conduzindo ao aumento de população, das atividades económicas e dos serviços e, também, o aparecimento de novas ocupações, como equipamentos, zonas industriais e urbanizações.

O Município de Santa Maria da Feira, na observância das suas competências, colocou à disposição um transporte coletivo regular de passageiros na cidade, denominado Transfeira, cuja definição resultou das principais dinâmicas do território, da coordenação com serviços de transporte já existentes e concessionados aos operadores privados, e de uma preocupação em disponibilizar um melhor serviço aos cidadãos. Este transporte é feito semanalmente, embora ao fim de semana tenha horários mais reduzidos.

Apesar deste transporte regular de passageiros, o Concelho não dispõe de uma Rede de Transportes Urbanos, existindo, no entanto, Carreiras de Transportes Públicos, garantidas por empresas de transportes coletivos como a Autoviação do Souto - Inácio, Auto Viação Feirense, União de Transportes dos Carvalhos e a Transdev, empresas essas que efetuam a ligação interna concelhia e a outros concelhos.

Todavia, tendo em conta os movimentos da população residente dentro e fora do concelho, não conseguem fazer uma cobertura suficiente face às necessidades da população em termos de acesso a emprego, serviços públicos, estabelecimentos escolares, de saúde, desportivos, entre outros.

Deste modo, e numa perspetiva social, pode-se definir algumas linhas de atuação:

- 1) Desenvolvimento de um sistema de transportes mais sustentado, diminuindo a distância entre as necessidades da população, possibilitando a sua liberdade de movimentos, e potenciando a sua qualidade de vida;
- 2) Definição de uma estratégia global de intervenção em matéria de planeamento e gestão da mobilidade de transportes;
- 3) Promoção da mobilidade sustentável, garantindo a acessibilidade universal ao sistema de transportes e fomentando a utilização dos modos de deslocação ativos e suaves.

Medidas a Desenvolver	Cronograma de Execução
Melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade no espaço público e sua manutenção	2022-2025
Criação de soluções personalizadas de mobilidade	2022-2025

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRITEM – Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (2013), Estratégia e Plano de Ação EDV 2020.
- AMP – Área Metropolitana do Porto (2014), Estratégia integrada de desenvolvimento territorial AMP 2020. Porto.
- AMP – Área Metropolitana do Porto [et. al] (2014), Referencial Estratégico para a Ação Social na Área Metropolitana do Porto 2014 – 2017. Porto.
- BASTOS, Maria Inês (2014), Governança Partilhada em contextos de Desenvolvimento Local - O caso CLIP – Recursos e Desenvolvimento. Dissertação de mestrado em “Estudos de Desenvolvimento”, ISCTE-IUL, Lisboa, 84 páginas.
- CERC - Conseil de l’emploi, des revenus et de la cohésion sociale (2008), La Cohésion Sociale - Séminaire 2007. Paris: Dossier n° 3 du CERC, pp. 5-6.
- GONÇALVES, João (2015), O Envolvimento de Crianças e Jovens num modelo de Gestão Territorial Participada ao nível local. Dissertação de doutoramento em Engenharia Civil - Especialização em Planeamento do Território e Ambiente, Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, 359 páginas.
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo – Fundação Manuel Francisco dos Santos
- PORTUGAL. Ministério da Saúde (2018), Retrato da Saúde, Lisboa. ISBN 978-989-99480-1-3
- PORTUGAL (2017), Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação. Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação. Lisboa.
- PORTUGAL. Ministério da Saúde. Serviço Nacional de Saúde (2017), Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017 – 2025. Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º 12427/2016). Lisboa.
- PORTUGAL. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde (2017), Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. ISBN 2184-1217
- PORTUGAL (2014), Acordo de Parceria 2014 – 2020 – Portugal 2020.

PORTUGAL. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (2013), Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2020. Lisboa.

UN - UNITED NATIONS (1995), The World Summit for Social Development - Copenhagen Declaration, the Ten Commitments. Copenhagen: UN Publishing, p. 1. Cf. também: UN (1995), Declaration and Programme of Action of the World Summit for Social Development. Copenhagen, UN Publishing, pp. 9-17.

UN - UNITED NATIONS (2015), Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (A/RES/70/1). New York (sustainabledevelopment.un.org).